



Fábio Filipe Ferreira de Sampaio

UM VISÃO DOS EMPREENDEDORES POR NECESSIDADE — CASO DO PAECPE

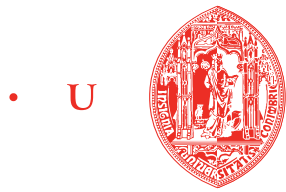
Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para
cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão

Julho de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fonte da Imagem de Capa:
<http://www.businessnewsdaily.com/images/i/000/007/742/original/LightBulbPeshkova.jpg?interpolation=lanczos-none&fit=around%7C700:500>



• U

C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fábio Filipe Ferreira de Sampaio

Um Visão dos Empreendedores por Necessidade

Caso do PAECPE

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão

Entidade de acolhimento: Instituto do Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do
Centro

Orientador Académico: Professor Doutor Miguel Torres Preto

Supervisor Profissional: Dr. José Ambrósio

Coimbra, 2016

Agradecimentos

A apresentação deste relatório marca o fim do meu percurso académico, um percurso que durou cinco anos, um percurso que para além da componente teórica de um curso, me fez crescer como pessoa, foi uma experiência incrível que me deixa muito contente e com a sensação de missão cumprida. Durante este percurso foram muitas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram para que no fim conseguisse ter o sucesso que tanto desejei. É agora o momento que vou poder agradecer a todas essas pessoas, que me ajudaram, tanto neste percurso de mestrado, como da minha licenciatura.

Primeiramente, tenho de agradecer a quem me deu a oportunidade de aqui estar e de acabar este percurso, aos meus familiares mais próximos, obrigado, pai, mãe e avós, todos vocês foram muito importantes em todo o apoio e ajuda, um muito obrigado a todos vós, um muito obrigado especial ao meu falecido avô que sempre me ajudou e com muita pena minha não me conseguiu ver formado. Poucas são as palavras para descrever o agradecimento que sinto por vocês, pois sempre acreditaram em mim e acima de tudo têm orgulho do filho e neto que têm, mais uma vez obrigado.

A todos os meus amigos de Viseu, que por muito que me custe não poderei enumerar todos vós, a todos vocês um obrigado, pela ajuda e pela paciência, aqueles dias passados na biblioteca a estudar, todas as vivências e saída a vossa companhia foi essencial. Todos vocês são e sempre serão verdadeiros companheiros ao longo da minha vida.

A todos os meus amigos da licenciatura e do mestrado, um obrigado. Sem o apoio de todos vós nada disto seria possível e, como eu digo muitas vezes, um curso não se faz sozinho e como tal tenho de agradecer a todos vocês. Revelaram-se verdadeiros amigos e companheiros, sempre dispostos a ajudar e a dar uma palavra amiga. Não poderia de deixar um especial agradecimento há minha amiga e antiga colega de curso Ana Leitão, pela enorme paciência e apoio em várias situações, obrigado leitãozinho.

Um agradecimento mais sentido aos meus dois colegas de estágio, André Oliveira e Cláudio Coelho, foi um privilégio poder estagiar ao vosso lado e conhecer-vos melhor, com vocês tudo se tornou mais fácil e divertido.

Quero agradecer a toda a equipa do IEF,IP, pela simpatia, prestabilidade, acessibilidade e no fundo amizade também, ambientes como este para se trabalhar serão poucos, todo o à vontade que existe é raro nos dias de hoje, um muito obrigado a todos vós pelas brincadeiras e simpatia em todos os momentos.

Como é óbvio, tenho de deixar um especial agradecimento ao meu orientador de estágio no IEF, IP, obrigado Dr. José Ambrósio, obrigado pela sua simpatia e acessibilidade, pela sua disponibilidade e preocupação para comigo. Do fundo do coração um muito obrigado.

Não poderia deixar de deixar um agradecimento em particular ao meu orientador do relatório de estágio, Professor Doutor Miguel Torres Preto, sempre presente quando precisei, tanto a nível académico como pessoal. A sua prestabilidade, simpatia e apoio foram essenciais para conseguir este objetivo, muito obrigado professor, pelas palavras sabias e amigas que sempre me deu e pela sua boa disposição em todos os momentos.

Por fim, mas não menos importante, um obrigado especial à Joana Simões, neste momento das minhas melhores amigas, sem ela nada disto seria possível desde a licenciatura até hoje, nada seria possível sem ela, um muito obrigado Joana.

Finalizando quero deixar agradecimentos aos restantes, amigos, colegas, familiares que também me ajudaram e estiveram lá e me apoiaram.

Um sincero obrigado a todos vocês.

Resumo

No âmbito do mestrado em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, foi realizado um estágio curricular no Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente no Núcleo de Emprego da Delegação Regional do Centro em Coimbra. Este relatório descreve todas as tarefas e atividades realizadas durante o período de 15 de fevereiro a 20 de junho. A atividade principal do estágio foi a análise e a elaboração de pareceres de candidaturas e projetos de negócio para a criação do próprio emprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

O presente relatório contém uma breve revisão da literatura sobre a crise económica e o desemprego, focando-se depois no conceito de empreendedorismo, fazendo posteriormente a divisão em empreendedorismo de oportunidade e necessidade, assim como a demonstração de alguns dados relativos ao empreendedorismo em Portugal.

Numa fase posterior, depois de uma explicação mais aprofundada que é feita sobre o PAECPE, é apresentado um estudo empírico exploratório sobre o empreendedorismo que o IEFP,IP, promove, onde é traçado um perfil do empreendedor que recorre a este tipo de programa, assim como os fatores que mais influenciam o não sucesso dos novos negócios, o não sucesso será avaliado pelo cumprimento ou não do PAECPE, sendo ele um indicador de sucesso de curto prazo, visto que legalmente o negócio terá de estar em funcionamento durante três anos

Palavras-chave: Empreendedorismo; Empreendedorismo por Necessidade; PAECPE; Desemprego, Perfil do Empreendedor.

Abstract

In the context of the Master degree in Management by the Faculty of Economics, University of Coimbra, was given the opportunity to do my internship at IAFP, in particular, in the Núcleo de Emprego of Delegação Regional do Centro in Coimbra. This report describes all the tasks and activities undertaken between the 15th February and the 20th June 2016. Briefly, the main activity during my internship was the analysis and development of technical reports to applications and projects for the creation of self-employment under the Support Programme for Entrepreneurship and Creation of Self-Employment (PAECPE).

This report also contains a brief literature review about the economic crisis and unemployment, focusing then on the concept of entrepreneurship, subsequently making the division in opportunity and necessity entrepreneurship. This report also presents some data on entrepreneurship in Portugal.

At a later stage, after a further explanation about the PAECPE program, is presented an exploratory empirical study about the entrepreneurship that the IAFP, IP promotes, where it is traced a profile about the kind of entrepreneur that uses this type of program, as well as the factors that influence the non-success of the new business. As proxy of non-success, it is used the fulfillment or not the PAECPE, this fulfillment is a short-term indicator of success, since legally the business must be open for three years.

Keywords: Entrepreneurship; Necessity Entrepreneurship; PAECPE; Unemployment; Entrepreneur Profile.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice de Gráficos	ix
Índice de Tabelas	xi
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Siglas	xv
Capítulo I - Introdução	1
Capítulo 2 - Enquadramento teórico	3
Seção A - Crise económica e financeira	3
Seção B – Desemprego.....	4
B.I) Desemprego e criação do próprio emprego: Que relação?	5
Seção C – Empreendedorismo	6
C.I) Benefícios/Impactos do empreendedorismo	8
C.II) Empreendedorismo em Portugal: Alguns dados	10
C.III) Empreendedorismo de Oportunidade vs Necessidade: Breve Contraste	15
C.IV) Empreendedorismo por Necessidade: Alguns Dados.	18
Capítulo 3 – Estágio	23
Seção A - Apresentação de Instituição.....	23
A.I) História do IEFP, IP	23
A.III) Delegação Regional Centro	26
Seção B – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)	29
Seção C – Objetivos e Tarefas Desenvolvidas	33
C.I) Objetivos	33
C.II) Tarefas Desenvolvidas	34

Seção D – Análise Crítica	38
Capítulo 4 – Estudo Empírico – Incumprimentos e Resultados	41
Seção A - Objetivos do Estudos	41
Seção B - Metodologia Utilizada.....	42
Seção C - Caracterização dos Resultados	43
Seção D - Conclusões e Interpretação dos Resultados.....	55
Capitulo 5 – Conclusão.....	63
Bibliografia	66
Anexos e Apêndices	71
Anexo I- Ficheiro de análise em Excel dos Planos de Negócio no PAECPE.....	71
Anexo II- Ficheiro de análise em Excel dos Planos no Investe Jovem	73
Anexo III- Programa SIGAE e Ligação Remota à Segurança Social	74
.....	75
Anexo IV – Informação em apêndice.....	75
Apêndice relativo ao Capítulo 3 Secção A.I – História e Atributos da Instituição	75
Apêndice relativo ao Capítulo 3 Secção A.II – Divisão Geográfica do IEFP,IP	78
Apêndice relativo ao Capítulo 4 Secção C – Divisão por Setores de Atividade	79

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de Cumprimento / Incumprimento	44
Gráfico 2 - Distribuição Por Género.....	44
Gráfico 3 - Género Feminino: Cumprimentos e Incumprimentos.....	45
Gráfico 4 - Género Masculino: Cumprimentos e Incumprimentos	45
Gráfico 5 - Distribuição Segundo Idade	45
Gráfico 6 - Distribuição Segundo Habilitações Académicas	47
Gráfico 7 - Período de tempo até ao incumprimento	48
Gráfico 8 - Postos de Trabalho Criados.....	49
Gráfico 9 - Incumprimentos Segundos Postos de Trabalho Criados	50
Gráfico 10 -Divisão Segundo Setores de Atividade	50
Gráfico 11 - Incumprimentos Segundo Setor de Atividade	52
Gráfico 12 - Relação entre Escolaridade e Setor de Atividade	52
Gráfico 13 - Taxa de Sucesso Sem Habilitações no Setor de Atividade.....	53
Gráfico 14 - Taxa de Sucesso Com Habilitações no Setor de Atividade	53
Gráfico 15 - Relação entre Experiência Profissional e Setor de Atividade	54
Gráfico 17 - Taxa de Sucesso Sem Experiência Profissional no Setor de Atividade	55
Gráfico 16 - Taxa de Sucesso Com Experiência Profissional no Setor de Atividade.....	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Taxa TEA por faixa etária.....	13
Tabela 2 - Concelhos abrangidos pelos centros da Delegação Centro.....	26
Tabela 3- Apoios concebidos pelo PAECPE.....	30
Tabela 4 - Cumprimentos / Incumprimentos Segundo Faixa Etária.....	46
Tabela 5 - Cumprimento / Incumprimento Segundo Habilitações Literárias.....	47
Tabela 6 - Cumprimento / Incumprimento Segundo Setor de Atividade.....	51

Lista de Figuras

Figura 1 -Taxa de Atividade Empreendedora Early-Stage (TEA).....	11
Figura 2 - Taxa TEA por género	12
Figura 3 - Distribuição da Taxa TEA por setores	14
Figura 4 - Organograma da Delegação Regional Centro	27

Lista de Siglas

CAE – Classificação das Atividades Económicas
CTE – Centro de Emprego
CTEF – Centro de Emprego e Formação Profissional
CPE – Criação do Próprio Emprego
DC – Delegação Cento
DRC – Delegação Regional do Centro
DGE – Direção Geral Emprego
DGPG – Direção Geral da Promoção do Emprego
FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IAS – Indexante dos Apoios Sociais
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IEFP, IP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
IFPA – Instituto de Formação Profissional Acelerada
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NE – Níveis de Emprego
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Economico
PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego
PEPAC – Programa de Estágios Profissionais na Adminitação Publica Central
PME – Pequena e Média Empresa
SGC – Sistema de Gestão de Candidaturas
SI – Sistemas de Incentivo
SIEF – Sistema de Informação do Emprego e Formação
SIGAE – Sistema de Informação e Gestão da Área de Emprego
SISS – Sistema de Informação da Segurança Social
SNE – Serviço Nacional de Emprego

SS- Segurança Social

TEA – Taxa de Empreendedorismo Early-Stage

TSU – Taxa Social Única

Capítulo I - Introdução

O principal objetivo de um estágio passa pela oportunidade que é dada ao estagiário de poder ter um contacto real com uma empresa, ou seja, ter um primeiro contacto com o mercado de trabalho, os seus pontos positivos e negativos. Tal oportunidade permite ao aluno aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do seu percurso académico na realidade laboral, bem como uma primeira experiência profissional, que lhe pode permitir uma melhor integração no mundo empresarial. O presente relatório foi desenvolvido no âmbito do Estágio Curricular realizado no Instituto de Emprego e Formação – Delegação Regional do Centro, durante o período de 15 de fevereiro a 20 de junho de 2016.

Atualmente, o empreendedorismo está na ordem do dia, perpassando a mensagem de criar as suas próprias oportunidades. Esta opção é muitas vezes viável para quem não consegue ingressar no mercado de trabalho, devido à sua idade, falta de experiência e ou escolaridade entre outros. Para muitos o empreendedorismo é uma opção, mas para outros será somente a única solução viável no momento. Tal acontece devido à crise económica que se tem vivido por toda a Europa, onde algumas pessoas com falta de oportunidades de trabalho consideram o início de uma atividade por conta própria, daí o termo empreendedorismo não poder afastar-se dos conceitos de crise económica e desemprego, pois se alguns indivíduos veem no empreendedorismo a realização de um sonho, outros veem a única maneira possível de subsistência.

Algumas entidades governamentais têm vindo a incentivar a criação de novas empresas, levando à implementação de políticas e iniciativas relevantes para a criação de novas empresas. No caso de Portugal, no que toca ao tipo de empreendedorismo onde na perspetiva do empreendedor esta é a única solução de momento (empreendedorismo por necessidade), os apoios e incentivos surgem grande parte de verbas e incentivos provenientes dos Fundos Comunitários Europeus e Nacionais para a constituição do próprio emprego. Entre os diversos programas existentes destinados ao apoio na criação de novas empresas, destaca-se o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECE). Este programa promovido pelo Instituto de Emprego e

Formação Profissional (IEFP) destina-se a desempregados que ainda estejam a receber subsídio de desemprego e consiste na antecipação, total ou parcial, deste subsídio com o objetivo de criar o seu próprio negócio. Além desta antecipação, podem ainda beneficiar de apoio técnico nos dois primeiros anos de atividade; o chamado Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos.

O presente relatório estrutura-se neste capítulo introdutório seguido do capítulo sobre o estado das artes, ou seja, onde é introduzido o tema do empreendedorismo, inicialmente é feita uma abordagem inicial sobre a crise e o desemprego de forma a conseguir enquadrar o tema. Posteriormente o presente relatório vai centrar-se num tipo de empreendedorismo mais específico, sendo ele o empreendedorismo por necessidade, este tipo de empreendedorismo pode ocorrer quando não existe segundo a visão do empreendedor uma solução viável de se autossustentar, como tal recorre ao empreendedorismo como solução de alcançar uma renda.

O capítulo III é o estágio que efetivamente foi realizado, neste capítulo temos, a apresentação da instituição, desde a sua origem, historia até à sua estrutura orgânica, é abordado ainda os objetivos gerais do estágio, as tarefas desenvolvidas dentro do IEFP,IP, assim como uma análise crítica do que foi feito e do que efetivamente aprendi com esta experiência.

No presente relatório existe ainda um estudo empírico, estudo esse que se encontra no quarto capítulo, o estudo efetuado, consiste na análise de 73 processos do programa PAECPE de 2012, com este estudo pretende-se traçar um perfil do tipo de empreendedor que recorre a este tipo de programas e saber quais os fatores que influenciam o sucesso ou insucesso dos novos negócios. Neste capítulo será ainda abordado os objetivos do presente estudo, a metodologia utilizada, a exposição de resultados e uma análise dos dados de forma a tirar as conclusões a que me propus. Por fim, este relatório termina com o capítulo das conclusões.

Capítulo 2 - Enquadramento teórico

No presente relatório este capítulo irá centrar-se no tema empreendedorismo, mais concretamente no empreendedorismo por necessidade. Para tal irá fazer-se um enquadramento deste, ou seja, inicialmente o relatório vai abordar a crise económica e financeira, de seguida o desemprego e de que forma poderá haver uma relação com o empreendedorismo. Será no terceiro ponto que o conceito de empreendedorismo vai ser abordado mais concretamente. Neste ponto, vão ser dadas algumas definições do mesmo, saber quais os benefícios e impactos, demonstrar alguns dados relativamente a Portugal e por fim será explorado mais aprofundadamente o empreendedorismo de necessidade, tendo sempre como contraste o empreendedorismo por oportunidade.

Seção A - Crise económica e financeira

Desde 2008, o mundo vive uma crise internacional profunda. A crise económica iniciada nos Estados Unidos, que surge na sequência da falência do banco Lehman Brothers, da desregulamentação financeira e do chamado crédito *subprime* teve e continua a ter consequências nefastas em todo o globo. Tal como (Ferreira, 2012: 20) afirma, “ (...) a falência Lehman Brothers, o quarto maior banco dos Estados Unidos deu início ao colapso do sistema financeiro mundial (...)”. Como é de antever as consequências desta gravíssima crise estimulou desigualdades e afetou várias dimensões da vida de muitos cidadãos. A resposta e a solução encontrada para suportar os custos do sistema financeiro, foi a austeridade, que assenta numa lógica de redução dos gastos públicos, de privatizações, de flexibilização das leis laborais que consequente aumenta os despedimentos e o desemprego. De acordo com Reis (2012), as políticas de austeridade começam por ser políticas orçamentais, com incidência na despesa pública na sua globalidade e, em especial, no investimento e nas funções sociais do Estado, mas tornam-se numa ação sobre os custos salariais e o valor do trabalho.

Portugal foi bastante afetado pela crise internacional tal como todos os países semiperiféricos da Europa ocorrendo um aumento generalizado da pobreza. A sua taxa de desemprego que antes da crise já vinha com alguma tendência crescente aumentou, as

desigualdades acentuaram-se, sendo a classe média e os pobres os mais prejudicados. Uma das mais importantes áreas da vida social do indivíduo, o trabalho, foi bastante deteriorada. Ocorreu uma desvalorização social e pessoal do trabalho e profundas transformações nas relações laborais.

Ao referir do exemplo de Portugal pode afirmar-se que foi o ano de 2008 que marcou efetivamente o início da crise financeira, levando à estruturação de um novo período nas relações laborais. De um modo geral, as respostas políticas à crise, por aconselhamento das entidades estrangeiras como o FMI e o Banco Mundial, produziram regimes de austeridade caracterizados por medidas como cortes no estado social. Existindo então uma “transição” de um Estado Providência para políticas mais neoliberais. Estas medidas primaram pela redução de pensões, congelamento do salário mínimo e dos aumentos salariais e despedimentos no setor público fazendo consequentemente com que existisse uma maior taxa de desemprego. Segundo Serrano *et al.* (2011), no que toca à esfera laboral houve uma série de medidas, medidas essas “impostas” pelas instituições internacionais como o FMI e a OCDE, que tinham na sua base o enfraquecimento da legislação laboral mais protetora e a descentralização da negociação coletiva, de modo a facilitar a implementação de um mercado de trabalho mais flexível, principalmente, flexibilidade salarial e de despedimentos.

Tendo já sido feita uma breve descrição da crise económica e financeira e qual a sua relação com o mercado de trabalho e as relações laborais, demonstrando de certa forma que existe uma relação direta entre crise e desemprego, o tópico seguinte irá debruçar-se sobre o desemprego propriamente dito. De uma forma geral o objetivo do próximo ponto é descortinar melhor o conceito de desemprego, e mostrar de que forma o desemprego está relacionado com a criação do próprio emprego

Seção B – Desemprego

O tema que vai ser desenvolver é em torno do empreendedorismo, tornando-se de certa forma relevante abordar primeiro o tema do desemprego, pois existe uma relação estreita entre desemprego e a criação do próprio emprego. Como nos diz Oxenfeldt em 1943 argumentando que indivíduos com poucas perspetivas de emprego veem no

empreendedorismo uma alternativa viável (Thurik *et al.*, 2008). Em suma, devido á escassez de oportunidades de emprego, devido a fatores externos às pessoas, tais como, falta de oportunidades no mercado de trabalho, crise financeira e económica, ou então devido a fatores “internos” da pessoa, tais como, idade, habilitações académicas, experiência profissional, entre outros. Poderá existir uma maior propensão em caso de desemprego para a criação do seu próprio negócio dinamizando assim as atividades empreendedoras de um país.

B.1) Desemprego e criação do próprio emprego: Que relação?

Atualmente existe uma relação mais ou menos acentuada entre desemprego e criação do próprio emprego. No que toca à literatura, o tema não tem sido de todo consensual, ou seja, relativamente ao facto de os efeitos serem mais ou menos positivos. Neste subcapítulo o que me interessa abordar não é os efeitos, mas sim demonstrar de forma breve que existe uma relação verdadeira entre estes dois conceitos.

Há, portanto, de um lado, os autores que defendem que o desemprego estimula a atividade empreendedora ou seja a criação do próprio emprego. Segundo a obra de Almeida *e al.* (2013), esse fenómeno é conhecido como *refugee effect*, visão que remonta aos estudos de Oxenfeldt (1943), em que o autor defendia que os indivíduos escolhem entre o desemprego, o autoemprego e o emprego, tendo em conta os “custos” relativos dessas atividades. Nesse sentido, os indivíduos desempregados que enfrentam perspectivas de emprego de salário baixo escolhem o autoemprego como a melhor entre as várias alternativas. À luz dessa teoria, perante a ausência de opções no mercado de trabalho assalariado e perante a necessidade de obter uma fonte de rendimento, os indivíduos decidem encetar uma atividade empreendedora, pelo que, nessa perspectiva, o desemprego atua como catalisador da atividade empreendedora. (Almeida *et al.* 2013)

De certa forma, e segundo os autores mencionados no parágrafo anterior, podemos dizer que existe uma relação positiva entre empreendedorismo e criação do próprio emprego e o desemprego, tanto ao nível de uma relação direta de causa efeito, assim como, uma relação de maiores níveis de empreendedorismo baixa os níveis de desemprego. De acordo com tal perspectiva, por meio da criação de novas empresas e da

subsequente contratação de pessoas, incorre-se em um processo de redução do desemprego e de aumento da empregabilidade. Por seu turno, às elevadas taxas de desemprego está associado um baixo nível de atividade empreendedora, ou seja, se a propensão para criar empresas é baixa, isso irá se refletir em altas taxas de desemprego. Nesse caso, o desemprego está negativamente relacionado com a criação de novas empresas (Oladele *et al.*, 2011).

Segundo Santos (2000) e corroborando o que foi dito em cima a criação de emprego é para os indivíduos assim como para as sociedades uma situação preferível ao desemprego e conseqüente necessidade de prestações sociais. Como tal, podemos considerar mais uma vez que o desemprego tem grande influência na criação do próprio emprego e nas atividades empreendedoras, “assim, o empreendedorismo é, *per se*, um forte impulsionador do emprego e do crescimento económico e uma componente chave numa economia de mercado globalizada e competitiva” (GEM, 2004: 1).

Em jeito de conclusão deste tópico, recorrendo a tudo o que foi dito em cima, podemos dizer que, estamos perante uma situação em que o empreendedorismo é uma arma cada vez mais usada para o combate ao desemprego. Neste sentido, instrumentos de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego têm sido desenvolvidas, tais como, InvesteJovem e PAECPE, instrumentos esses proporcionados pelo IEFP, IP, de incentivo ao empreendedorismo.

Seção C – Empreendedorismo

É costume nos dias que correm ouvir-se falar muito em empreendedorismo, parece que entrou no dicionário de toda a população. Por vezes este conceito surge associado ao emprego, no sentido em que se deve procurar ser empreendedor e criar o próprio emprego. Tal situação cada vez mais se tornou um cliché nas sociedades de hoje. A literatura acerca deste tema não é consensual, o conceito tem evoluído ao longo dos tempos, existindo vários tipos de empreendedorismo e definições do mesmo.

Começando por explicar o conceito de empreendedorismo, convém frisar que este termo teve origem na língua francesa no final do século XVII quando Richard Cantillon (1734) e Jean Baptiste Say (1803) surgiram pela primeira vez com o conceito de

empreendedorismo. *“O termo entrepreneur veio a generalizar-se na língua francesa, significando alguém que inicia ou empreende um projeto ou uma atividade significativa e, mais especificamente, os indivíduos mais arrojados que estimulavam o progresso económico ao descobrirem novas e melhores formas de fazer as coisas”*. (Baptista et al, 2008: 4)

Foi somente a partir dos anos 90, que o conceito de empreendedorismo começou a tornar-se mais importante nas sociedades. Segundo Nadim e Hoffmann (2008), foi a partir desta década que o termo empreendedorismo começou a ser mais indicado tanto no seio da classe política como pelos meios de comunicação social. Os debates políticos da altura recaiam sobre como poderiam encorajar e apoiar cada vez mais as atividades empreendedoras de forma conhecida, e os meios de comunicação enchiam os jornais com histórias de sucesso de empreendedores, incentivando assim o comum dos mortais e tentar a sua sorte.

Existem várias definições do conceito, vários autores definiram empreendedorismo de forma diferente e conceito tem sofrido mutações desde o início do seu surgimento. Vão ser citadas algumas delas de forma a se compreender melhor o que realmente é o empreendedorismo nos dias que correm.

Focando por exemplo na perspetiva de Stevenson (1993) *apud* Dornelas (2004), o empreendedorismo é o processo de criação de valor pela utilização de forma diferente dos recursos, buscando explorar uma oportunidade. Já Dornelas (2004) diz que o empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. Podemos ainda olhar para a definição que nos é dada pela *Global Entrepreneurship Monitor* *“qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos”* (GEM P. , 2012: 4).

De forma a finalizar a definição de empreendedorismo, considero que seja importante definir este segundo Nadim e Hoffmann, (2008) num trabalho realizado para a

OCDE, a definição considera três componentes: empreendedores, atividade empreendedora e empreendedorismo:

- Empreendedores são pessoas (donos de negócios) que procuram gerar valor através da criação e expansão de uma atividade económica, através da identificação e exploração de novos produtos, processos e/ou mercados;
- Atividade empreendedora é a ação humana empreendedora na busca de geração de valor, através da criação ou expansão da atividade económica, através da identificação e exploração de novas produtos, processos ou mercados;
- Empreendedorismo é o fenómeno associado com a atividade empreendedora.

Como se pode observar em todas estas definições existem alguns pontos consensuais, o fenómeno do empreendedorismo tem-se revelado um instrumento chave e essencial no dinamismo e desenvolvimento económico, sendo determinante não só ao nível da inovação e da produtividade como também na criação de novos postos de trabalho. *“... Políticas em muitos países e organizações internacionais começam a reconhecer explicitamente a importância do empreendedorismo e a afirmarem o seu compromisso de aumentar o empreendedorismo ou, pelo menos, melhorar e aumentar o tecido empresarial. Este compromisso só pode ser realizado através da remoção de obstáculos burocráticos ou através de ações mais diretas, direcionadas, tais como subsídios.”* (Nadim e Hoffmann, 2008: 6).

C.1) Benefícios/Impactos do empreendedorismo

Como referido anteriormente, os impactos do empreendedorismo, surgem na literatura de forma pouco consensual, umas dizendo que existe um benefício económico nas sociedades com a emergência do empreendedorismo e outras que mencionam um pouco o aposto disso. Focando somente na primeira vertente, é mencionado que o empreendedorismo tem uma função muito importante na economia, fazendo com que haja um maior crescimento da mesma, aumentando assim o tecido empresarial, competitividade, tecnologia, inovação e por vezes baixando o desemprego.

Corroborando o que foi dito em cima, no entender de Nadim e Hoffmann (2008), os objetivos primordiais do empreendedorismo no seio de uma sociedade são, criação de emprego, crescimento económico, redução da pobreza e muitas vezes também a formalização do setor informal. Estes objetivos podem ser identificados na sociedade aquando a existência do crescimento das exportações, no crescimento no registo de novas empresas, no número de trabalhadores por conta própria, etc.

É fiável chegar à conclusão que a atividade empreendedora é um elemento vital das economias que funcionem bem, pois os empresários empreendedores introduzem inovações no sistema económico que muito provavelmente irá contribuir para o desenvolvimento económico da sociedade. Outro aspeto que pode ser considerado importante na atividade empreendedora, será o facto de, com a emergência de cada vez mais empresas no mercado, a competitividade vai crescer, por conseguinte vai existir uma melhoria nos métodos de produção e afins, a partir da inovação e do desenvolvimento tecnológico, olhando para o que nos diz Schmitz (1989) *apud* Block e Koellinger (2009), a entrada de atividades empreendedoras é vital nas economias, pois ajusta os níveis competitivos e promove a competitividade entre os concorrentes, devido a existência de cada vez mais empresas. Os autores dizem ainda que, mesmo que a atividade empreendedora seja puramente “imitativa”, vai fazer com que haja um reforço no crescimento, pois estimula a promoção e difusão de técnicas mais inovadoras e de novas tecnologias.

Segundo Block e Koellinger (2009), os indivíduos que são empreendedores e criam a sua própria situação de emprego têm mais satisfação no trabalho, comparativamente com pessoas que trabalham para outrem. Este facto, segundo a literatura é um pouco surpreendente “dado o menor rendimentos médios dos empresários empreendedores em relação a empregados por conta de outrem.” (Hamilton, 2000: 605). Se não olharmos para os fatores não pecuniários, mas sim para fatores mais do dia-a-dia do empreendedor, da forma como este faz o seu trabalho e monta o seu negócio, podemos concluir que o facto de os empreendedores sentirem mais satisfação no trabalho advenha do facto de estes, segundo Block e Koellinger (2009), terem mais autonomia e flexibilidade nas suas rotinas e ações diárias. Olhando ainda no que toca à gestão, segundo Taylor (1999), os indivíduos

que iniciam uma atividade empreendedora, muitas vezes são atraídos para essa atividade, pela isenção de algumas “restrições de gestão”. O que Taylor nos diz corrobora o que foi dito em cima, os empreendedores têm a sua própria gestão do negócio, os seus *timings*, a sua maneira de gerir e de levar o negócio da forma que eles acharem melhor e mais pertinente na altura, tal situação é impossível a trabalhar por conta de outrem.

C.II) Empreendedorismo em Portugal: Alguns dados

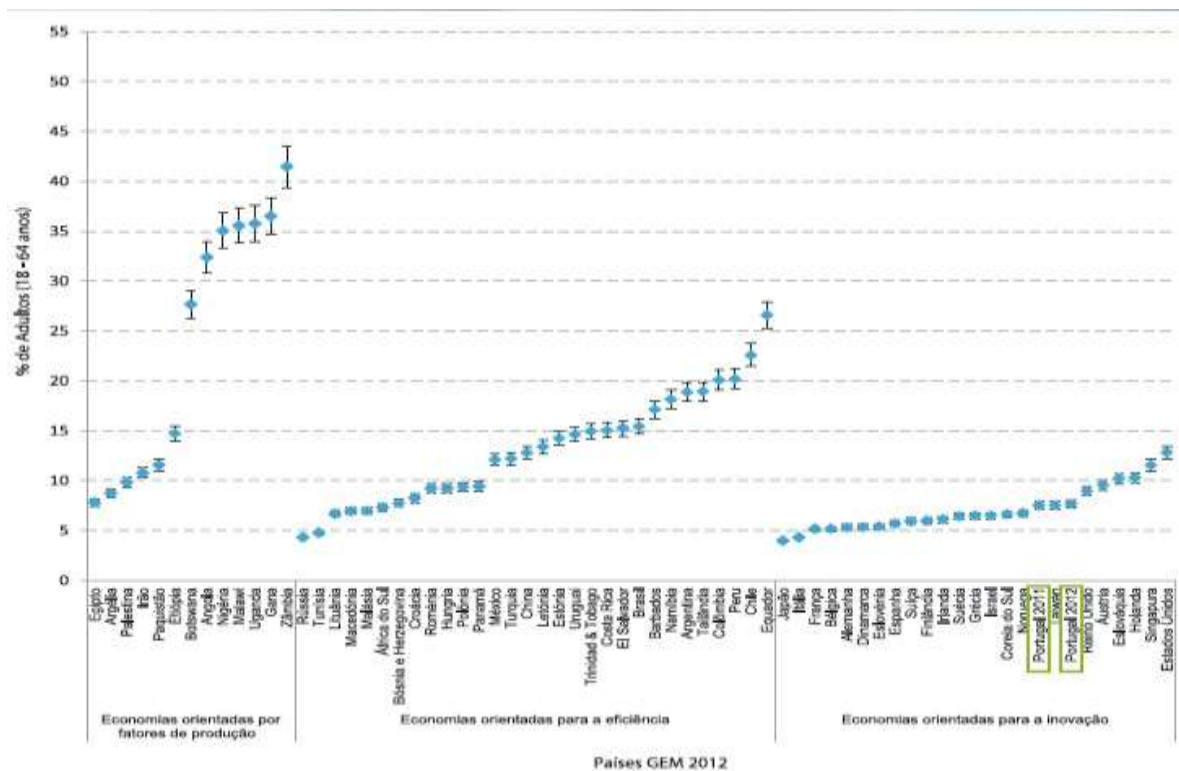
Considerando a importância que o empreendedorismo assume no desenvolvimento das economias, em 1999, numa parceria entre a *London Business School* e o *Babson College*, foi criado o projeto *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*. Este projeto é o maior estudo independente sobre o empreendedorismo mundial, tendo como objetivo analisar a relação entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento em vários países e, simultaneamente determinar as condições que fomentam e entram as dinâmicas empreendedoras de cada país. O projeto GEM 2012 tem em consideração 59 países, dos quais Portugal faz parte.

Já se abordaram várias questões sobre o conceito de empreendedorismo, o que é, qual a sua causalidade na sociedade e na economia, mas ainda não foi focado o caso específico de Portugal. Como tal, torna-se de alguma relevância dedicar uma sessão do presente relatório ao empreendedorismo em Portugal. No entender dos autores Baptista e Preto (2007), Portugal registou a maior taxa de crescimento de autoemprego dos países da OCDE entre os períodos de 1980 e 2000, tal facto mostra que Portugal tem uma boa política de empreendedorismo, ou a sua população tem uma mentalidade empreendedora, não estagnando num emprego pago. Segundo o GEM, organização que tem em consideração as diferentes fases do desenvolvimento económico dos países, classificando cada país participante numa das seguintes categorias: “economia orientada por fatores de produção”, “economia orientada para a eficiência” ou “economia orientada para a inovação” (GEM P. , 2012). Portugal encontra-se classificado como economia orientada para a inovação, ou seja, “*a ênfase dada à atividade industrial mude gradualmente para o setor dos serviços, à medida que ocorre um amadurecimento e aumento da riqueza. Este setor deverá ser capaz de responder às necessidades de uma população em crescimento,*

indo ao encontro das exigências criadas numa sociedade com elevado rendimento. O setor industrial, por seu turno, atravessa um conjunto de mudanças e melhorias ao nível da variedade e da sofisticação. Estas melhorias estão normalmente associadas a atividades de *Investigação e Desenvolvimento (I&D)*”. (GEM P. , 2012: 5).

Feito este pequeno enquadramento, irá agora proceder-se à demonstração de alguns dados sobre o empreendedorismo em Portugal, os dados que da figura abaixo são relativos ao GEM 2012. O principal índice é designado por Taxa de Atividade Empreendedora *Early-Stage* (Taxa TEA). A Taxa TEA ilustra a proporção de indivíduos em idade adulta (entre os 18 e os 64 anos) que está envolvida num processo de *startup* (negócio nascente) ou na gestão de negócios novos e em crescimento.

Figura 1 -Taxa de Atividade Empreendedora Early-Stage (TEA)

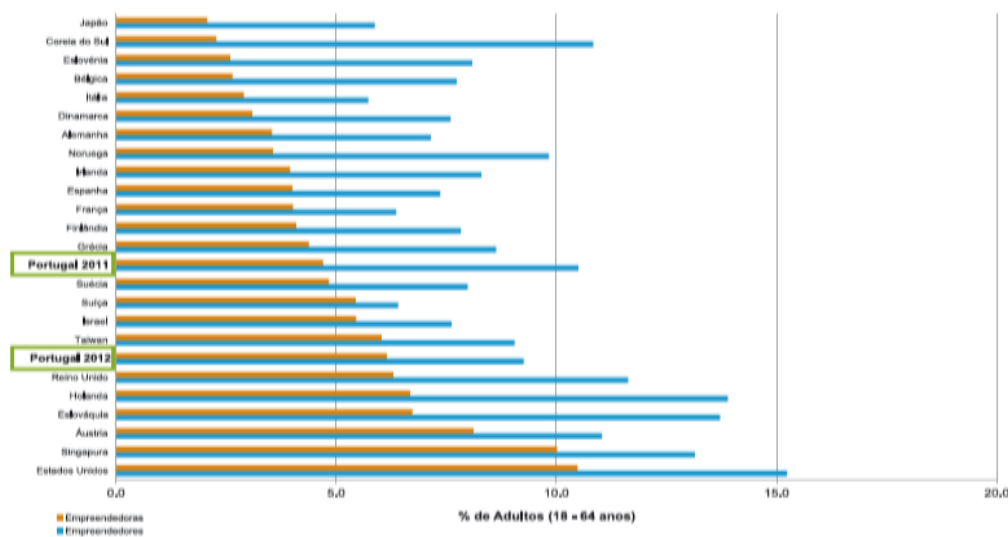


Fonte: Relatório GEM Portugal 2012

Como podemos observar segundo o *Global Entrepreneurship Monitor* pela Figura 1, Em 2012, Portugal registou uma Taxa TEA de 7,7%, o que significa que, em Portugal, existem 7 a 8 empreendedores *early-stage* por cada 100 indivíduos em idade adulta. Este resultado coloca Portugal no 44º lugar do universo GEM 2012. A diferença é mínima em relação a 2011, ano em que a taxa TEA em Portugal registava um valor de 7,5%. No ano anterior, Portugal registou o 36º resultado mais alto do universo GEM. Entre as economias orientadas para a inovação, Portugal atinge o 7º lugar entre 24 economias (subindo um lugar em relação a 2011), ficando a cerca de cinco pontos percentuais de distância dos EUA, que com uma TEA de 12,8% são novamente líderes entre os países com este tipo de economia.

Convém agora observar alguns fatores demográficos mais uma vez segundo a GEM (2012), tais como, género e idade no caso de Portugal. A Figura 2 cobre as diferenças das taxas TEA por género para uma amostra de países.

Figura 2 - Taxa TEA por género



Fonte: Relatório GEM Portugal 2012

Em Portugal, o número de empreendedores *early-stage* do sexo masculino corresponde a 9,3% da população adulta masculina e o número de empreendedores *early-stage* do sexo feminino a 6,2% da população adulta feminina. Assumindo que o número

total de homens e de mulheres é aproximadamente igual, conclui-se que o número de empreendedores do sexo masculino é exatamente 50% superior ao número de empreendedores do sexo feminino.

Tabela 1 - Taxa TEA por faixa etária

Faixa etária	Taxa TEA por faixa etária				
	Portugal 2011	Portugal 2012	Economias orientadas por fatores de produção	Economias orientadas para a eficiência	Economias orientadas para a inovação
18 a 24 anos	6,1%	6,4%	20,0%	11,1%	5,1%
25 a 34 anos	10,9%	10,6%	29,1%	17,3%	8,9%
35 a 44 anos	7,9%	8,1%	25,5%	15,0%	8,7%
45 a 54 anos	6,4%	7,2%	20,9%	11,8%	7,1%
55 a 64 anos	5,0%	4,6%	15,9%	7,7%	4,4%

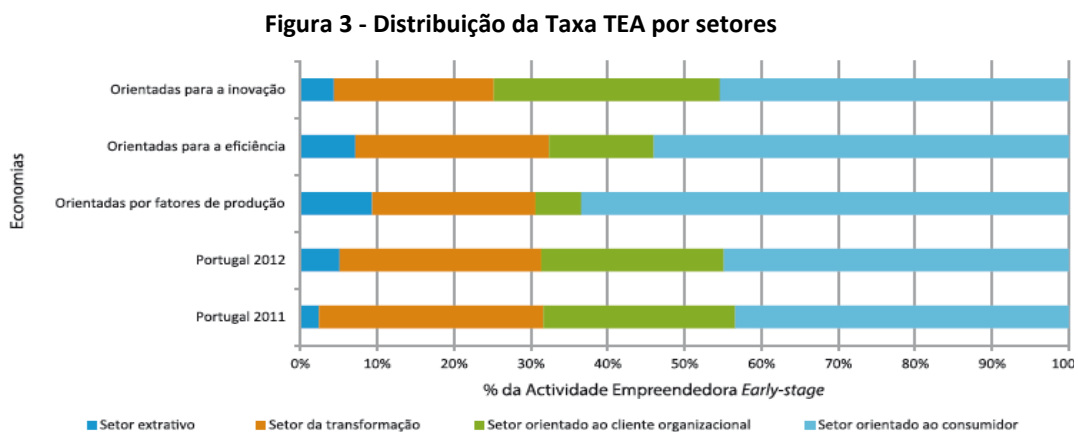
Fonte: Relatório GEM Portugal 2012

Focando agora na idade dos empreendedores, de acordo com a Tabela 1, em Portugal, em 2012, a faixa etária na qual se regista a maior Taxa TEA continua a ser a que compreende as idades entre os 25 e os 34 anos, com 10,6% da população adulta nessa faixa etária envolvida em atividades empreendedoras. Contudo, existe uma pequena queda de atividade empreendedora nessa mesma faixa, bem como na faixa dos 55 aos 64 anos. Ambas as quedas, no entanto, são devidamente compensadas por aumentos da atividade empreendedora *early-stage* nas restantes faixas etárias. Globalmente, pode dizer-se que a estrutura etária da população empreendedora portuguesa não apresenta alterações significativas entre 2011 e 2012.

Em jeito de conclusão deste tópico do presente relatório, acho que interessa saber um pouco melhor, quais os sectores mais preponderantes do empreendedorismo em Portugal, visto que posteriormente no desenrolar deste enquadramento teórico, também se irá focar nos setores. Voltando a avaliar o relatório da GEM (2012), estes consideram quatro setores mais gerais de atividade, são eles:

- **Setor extrativo:** inclui agricultura, silvicultura, pescas e extração de matérias brutas;
- **Setor da transformação:** inclui construção, manufatura, transporte, comunicações, utilidades e distribuição grossista;

- **Setor orientado ao cliente organizacional:** inclui finanças, seguros, imobiliário e todas as atividades onde o cliente primário é outro negócio;
- **Setor orientado ao consumidor:** inclui todos os negócios direcionados para o consumidor final, como o retalhista, restauração, alojamento, saúde, educação e lazer, entre outros.



Fonte: Relatório GEM Portugal 2012

Em Portugal, o setor onde se regista uma maior percentagem de atividade empreendedora *early-stage* é o setor orientado ao consumidor, com 44,9% de empreendedores. A este setor seguem-se, por ordem decrescente, o setor da transformação, com 26,2%, o setor orientado ao cliente organizacional, com 23,8%, e, por último, o setor extrativo, com apenas 5,1% de empreendedores. Como se infere da consulta da Figura 3, a estrutura da atividade empreendedora em Portugal, em termos da sua distribuição por setor, é praticamente idêntica à encontrada na média das economias orientadas para a inovação.

C.III) Empreendedorismo de Oportunidade vs Necessidade: Breve Contraste

Este subtópico do relatório vai centrar-se em dois tipos diferentes de empreendedorismo (oportunidade e necessidade). Numa fase seguinte do enquadramento teórico aprofundarei mais o empreendedorismo por necessidade, pois é neste tópico do empreendedorismo que se focou o estágio curricular no Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra. Tendo já focado no tema geral do empreendedorismo e relacionado o mesmo com a conjuntura atual, vou então tentar descortinar melhor estes dois tipos diferentes de empreendedorismo, na literatura revista, existe algum consenso na definição dos dois, vou passar a citar algumas definições para que se entenda melhor estes dois conceitos.

Podemos começar por diferenciar os dois empreendedorisos, com um ponto de vista mais antigo, Segundo Reynolds (2002), existe uma diferença entre empreendedorismo que reflete uma perseguição voluntária de oportunidades e empreendedorismo que reflete a necessidade começar uma certa atividade na ausência de outras oportunidades de emprego. Como pode constatar, existe então uma diferença fulcral entre estes dois tipos de empreendedorismo, tendo por um lado um começo de uma atividade empreendedora por não existir mais nenhuma forma de sustentabilidade (emprego), e por outro lado a perseguição de uma oportunidade de negócio por iniciativa própria. *“De um modo geral, entende-se por empreendedorismo induzido pela oportunidade aquele que resulta do desejo de aproveitar, por iniciativa própria, uma possibilidade de negócio existente no mercado, através da criação de uma empresa. Por outro lado, o empreendedorismo induzido pela necessidade resulta da ausência de outras oportunidades de obtenção de rendimentos (nomeadamente, o trabalho dependente) que leva os indivíduos à criação de um negócio, dado considerarem não possuir melhores alternativas”* (GEM P. , 2012: 21).

Pode então entender-se com estas breves definições que há indivíduos que iniciam a sua atividade empreendedora devido aos fatores económicos que assim os obrigam e outros devido a um desejo de autorrealização. Segundo Williams (2008), esta ideia vai ser corroborada, este distinguiu empresários movidos pela necessidade económica e aqueles motivados por um desejo de autorrealização. Esta visão simplista da

representação bifurcada do empreendedorismo, tem feito com que a literatura do tema diferencie entre os indivíduos que começam uma atividade empreendedora de acordo com a sua orientação, ou seja, eles são orientado por necessidade, pois são “empurrados” para o empreendedorismo, porque todas as outras opções de trabalho e de autossustento estão ausentes ou não são satisfatórias (fatores económicos), enquanto os que são orientados pela oportunidade, são levados a fazê-lo por “escolha própria”, explorando uma oportunidade e ou ideia de negócio (autorrealização).

De forma a simplificar esta diferenciação entre os dois tipos de empreendedorismo e recorrendo mais uma vez á literatura, existe uma analogia feita por alguns autores, chamados os fatores *pull e push*. Para Verheul *et al.* (2010), os fatores *pull* são os factores positivos por exemplo, necessidade e desejo de alcançar algo, tal como, independência, maiores ganhos, desenvolver competências sociais e económicas, entre outros. Já os fatores *push* são as motivações / factores negativos, tais como, risco de ficar desempregado involuntariamente, pressão familiar, insatisfação com o sua situação no geral. “É portanto consensual que os empreendedores por necessidade são guiados por “*push factors*”, enquanto que os “*pull factors*” são os que guiam os empreendedores por oportunidade.” (Verheul *et al.*, 2010).

Até agora foram referenciadas as visões mais simples e comuns destes dois tipos de empreendedorismo. No entanto, existem outras perspetivas mais complexas que apesar de não “fugirem” muito a estas definições anteriormente dadas acrescentam alguns pontos de algum relevo para o desenvolvimento do tema. Segundo Block & Wagner (2010), é necessário examinar as circunstâncias em que o futuro empreendedor deixou o seu último emprego. Pois apesar de estar desempregado, não quererá diretamente dizer que caso efetue uma atividade empreendedora seja por necessidade. Para os autores, quando uma pessoa abandona voluntariamente o emprego e abre um negócio essa pessoa é classificado como empreendedor por oportunidade, ou seja, a base argumentativa desta premissa é sustentada no facto de que esse individuo foi conduzido para o empreendedorismo por uma oportunidade empreendedora descoberta *a priori*. Block & Wagner (2010) consideram ainda que os indivíduos que são movidos pela oportunidade são aqueles que se tornaram empreendedores após deliberadamente terem passado por

vários postos de trabalho de forma a conseguirem as competências necessárias para começar o seu próprio negócio. Por outro lado, se um individuo deixar o seu posto de trabalho, porque a empresa fechou ou foi demitido e daí surja com uma atividade empreendedora, os autores consideram que é um empreendedorismo por necessidade, mesmo que seja na sua área de formação e/ou tenha trabalhado na área á priori, esta perspectiva vem do facto de que os fatores que influenciaram a decisão foram de índole externa.

Penso que seja importante antes de avançar mais neste tópico, saber o porquê de existir e ser importante a distinção entre estes dois tipos de empreendedorismo, segundo Verheul *et al.* (2010), existem quatro razões:

1. Os empreendedores por necessidade e oportunidade, ao que parece apresentam algumas diferenças em termos socioeconómicos, tais como, nível de educação, idade, experiência profissional, entre outros;
2. Os dois diferentes tipos de empreendedores têm impactos diferentes no crescimento económico e criação de emprego. Pois os empreendedores por necessidade e oportunidade têm motivações diferentes o que leva a uma gestão e consequente desempenho diferente do negócio;
3. No que toca ao ciclo de negócio, existe uma discriminação feita entre *start-ups* motivadas por oportunidade ou por necessidade, no primeiro caso o ciclo é de dois anos, enquanto no segundo é somente um ano. Pode então dizer-se que existe uma interação direta entre o tipo de empreendedorismo e os ciclos.
4. Os determinantes do empreendedorismo por necessidade e oportunidade diferem. Estas determinantes são importantes aquando da formulação de políticas para estimular o empreendedorismo. Em suma, o que estimula um tipo de empreendedorismo poderá não estimular o outro e vice-versa, por exemplo, estimular / criar políticas para os desempregados criarem o próprio emprego, vai beneficiar o empreendedorismo por necessidade, mas não o de oportunidade.

Apesar de existir esta visão bipartida do empreendedorismo, existem, no entanto autores que defendem a coexistência dos dois tipos de empreendedorismo no começo de uma atividade empreendedora. *“No entanto, recentemente têm existido vários estudos que questionam a separação de empreendedores que são guiados somente pela oportunidade ou necessidade, tais estudos argumentam que essas duas motivações são coexistentes”* (Williams, (2008) *apud* Aidis *et al.*, (2006); Smallbone e Welter, (2004): 159). Continuando com os exemplos dos autores citados anteriormente, no decorrer de um estudo feito na Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia, foram convidados três empresários para darem três razões de o porquê terem começado o seu próprio negócio. Os autores deram conta que apesar de a maior parte dos empreendedores ter sido guiado pela oportunidade, essa visão não podia ser tão simplista, pois em economias de transição como estas, indivíduos com alguns estudos e formação, podem ser presenciadas com opções e oportunidades limitadas para satisfazerem as suas necessidades e desejos de remuneração, significando isto que, caso abram o seu próprio negócio, são guiados não só por oportunidade mas, também por necessidade.

C.IV) Empreendedorismo por Necessidade: Alguns Dados.

Na literatura existente sobre este tema o conceito de empreendedorismo por necessidade nunca vem isolado, ou seja, vem sempre relacionado com o conceito de empreendedorismo por oportunidade, tornando-se complicado referir um conceito sem indicar o outro.

Convém no decorrer deste tópico abordar algumas características base que segundo a literatura fazem parte do empreendedorismo por necessidade. Segundo vários autores, o acesso ao conhecimento e a experiência profissional influenciam muito a oportunidade de abrir um bom negócio e o sucesso do mesmo. Como nos diz, Block e Wagner (2010), a experiência profissional influencia a criação do negócio, pois fornece ao futuro empreendedor, informação prévia e privilegiada sobre qual o mercado em que deve entrar, quais os produtos que deve comercializar e investir. Usando o exemplo dado pelos autores, um individuo que trabalhe na área de desenvolvimento e marketing, terá uma

informação mais precisa de qual serão as preferências do consumidor, segmento de mercado, mudanças tecnológicas, entre outros.

No que toca ao empreendedorismo por necessidade, qual será a relação existente entre acesso ao conhecimento e a experiência profissional? Segundo os autores acima mencionados, no empreendedorismo por necessidade existe um acesso ao conhecimento menor do que no empreendedorismo por oportunidade, ou seja, os empreendedores que involuntariamente abandonam o seu posto de trabalho têm menos tempo para ganhar experiência e obter informação do que os empreendedores por oportunidade. *“Empreendedores que procuram uma oportunidade de negócio são mais propensos a procurar experiência de trabalho específico e valioso para a atividade que pretendem desenvolver ... Assumimos que a maioria dos empresários que deixaram o seu trabalho anterior involuntariamente não tinham planeado criar o seu próprio negócio”*. (Block & Wagner, 2010: 157). Segundo os autores conseguimos concluir que se não havia um planeamento, uma vontade anterior de criar o seu próprio emprego, não houve uma preocupação tão grande em ganhar experiência valiosa para a atividade que irão desenvolver, como tal, o acesso à informação e a experiência dos empreendedores que são forçados a começar o seu próprio emprego é mais baixa.

No seguimento do que foi dito em cima, devido à falta de interesse por parte dos empreendedores por necessidade em abrir um negócio por livre vontade, a rede de contactos destes é menor do que a rede de contactos daqueles que têm uma ideia de negócio e trabalham desde cedo para a realizar. *“Assumimos que os empreendedores por oportunidade são mais propensos a ter planeado para tornar-se trabalhadores por conta própria antes de deixar seu trabalho anterior, sendo essa a razão pela qual eles são mais propensos a ter construído uma boa rede de contatos forma que a incluir pessoas de valor no processo de criação do próprio negócio, tais como, potenciais clientes, cofundadores ou financiadores.”* (Block & Wagner, 2010: 158). Em suma, estes autores dizem que os empresários que começam um negócio devido a necessidade, para além de terem uma experiência e rede de contatos menor, têm também propensão devido a esses fatores em procurarem setores de atividade menos lucrativos, ou seja, quantos maiores os custos de oportunidade, maior será o rendimento do negócio.

Em jeito de conclusão, para posterior demonstração de estudos empíricos relativamente a este tema, é importante frisar o facto de que, os indivíduos que abrem um negócio por necessidade estão menos satisfeitos. “Mais importante descobrimos que os empresários que começaram seus negócios depois de um período de desemprego e devido à falta de melhores alternativas de trabalho (empresários necessidade) são significativamente menos satisfeitos com a sua *start-up*.” (Block & Koellinger, 2009: 193).

Os fatores sociodemográficos dos empreendedores poderão ou não diferenciar que tipo de empreendedorismo é mais comum. Relativamente ao género, estudos empíricos demonstram que não existe uma grande distinção entre ambos no que toca ao empreendedorismo por necessidade ou oportunidade, segundo os estudos de Arenius *et al.* (2005), das pessoas que começam um novo negócio, 77,9 por cento dos homens optam pelo tipo de empreendedorismo na qual vão explorar uma oportunidade, em contrapartida no caso das mulheres a percentagem que opta por este tipo de empreendedorismo é de 71,4 por cento. Posto isto, 19,4 por cento dos homens escolhem o empreendedorismo por necessidade, enquanto nas mulheres o valor é de 24,8 por cento. Isto mostra que, apesar de haver uma diferença entre a percentagem dos indivíduos que optam por o empreendedorismo por necessidade consoante o género, essa diferença não é muito acentuada. Apesar de existir uma percentagem maior de mulheres que optam pelo empreendedorismo por necessidade.

Relativamente ao fator idade, não existem evidências muito concretas de qual dos empreendedorismos referidos é mais usual consoante a idade, algo de notar é que segundo Bholá *et al.* (2006), indivíduos entre os 25 e 44 anos estão mais predispostos a iniciar uma atividade empreendedora, tal facto, resulta da premissa de que pessoas mais velhas têm mais experiência e conhecimento do mercado de trabalho como tal, conseguem entrar mais facilmente numa atividade empreendedora. Os autores dizem ainda que estes empreendedores tendem a ser mais *Opportunity-Based*, apesar de não haver nenhuma parte empírica que demonstre tal facto.

Ao nível da educação, a literatura já é mais esclarecedora, algo que é referido é que indivíduos com maior nível de escolaridade são mais propensos a iniciarem uma atividade empreendedora em busca de uma oportunidade. “Os indivíduos com um nível

mais alto de educação são mais propensos a iniciarem uma atividade empreendedora. Num modo geral é de esperar que um indivíduo que tenha mais experiência de trabalho e um maior nível de escolaridade, consiga com mais facilidade identificar uma oportunidade para começar um novo negócio.” (Bhola et al. 2006: 7). Como tal, podemos concluir que o contrário também acontece, ou seja, indivíduos com menos valências académicas, ao procurarem iniciar o seu próprio negócio, vão ter mais uma vertente de necessidade do que oportunidade. *“O nível de escolaridade também pode ser ligado ao desemprego. Pode-se supor que as pessoas com um nível de educação mais baixo têm mais dificuldades em encontrar um emprego, como tal, não veem outra possibilidade a não ser iniciar uma atividade empreendedora”.* (Bhola et al. : 7). O relatório da GEM 2004 mostra o que foi acima mencionado, 50 por cento dos indivíduos que começam um novo negócio com um baixo nível de instrução são categorizados como empresários por necessidade, enquanto aqueles com ensino pós-secundário (ou superior) a percentagem não chega a 25 por cento.

Para além destes dados socio demográficos, convém tentar descortinar um pouco dentro do empreendedorismo por necessidade quais são os setores de negócio mais comuns. Para tal, devido a escassa literatura encontrada sobre este tema específico, irei recorrer a um relatório de estágio que tem como base um pouco daquilo que fiz no IEFP, IP. Segundo o estudo feito por Amaro, (2015), “Relativamente ao setor de atividade escolhido para o negócio, nesta amostra encontram-se diversos setores, são eles o comércio, serviços, restauração, construção e agricultura. Uma vez que os setores do comércio e dos serviços representam cerca de 75% do total, optou-se por mostrar a destrição entre atividades de comércio e serviços. O comércio aparece como o setor escolhido por mais de metade (53%) dos indivíduos que contactaram a JADRC.”

Capítulo 3 – Estágio

Seção A - Apresentação de Instituição

A.1) História do IEFP, IP

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, como é hoje conhecido, surgiu em 1979 criado através do Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de Dezembro. No seu já longo percurso foram várias as suas denominações, remontando as suas primeiras atuações aos anos 30, quando já operava na tentativa de resolver os problemas de desemprego provenientes da crise económica então existente. *“O Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, é um serviço público de emprego nacional e tem como missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego através da execução das políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.”*

Recorrendo ao *Site*¹ oficial do IEFP,IP, nomeadamente na seção da sua história, foi na década de 60, mais propriamente em 1962, altura em Portugal se encontrava em processo de reorganização industrial e onde o desemprego existente resultava em grande parte dos métodos de fabrico (industrialização) que o instituto deu os primeiros passos mais notórios. A realidade da altura desfavorecia a maioria dos portugueses que, sem habilitações adequadas, se viam confrontados com o desemprego.²

Aquando da Revolução de 25 de abril de 1974 o Ministério das Corporações e Previdência Social passou a designar-se de Ministério do Trabalho, ficando dotado de uma nova estrutura, tutelando o Fundo de Desemprego. Foi então nesse contexto, de evolução do quadro constitucional, que o Instituto do Emprego e Formação Profissional foi criado e mais tarde designado por IEFP, IP. O surgimento do IEFP, IP dotado de autonomia administrativa e financeira, teve como objetivo a integração, num único organismo, de todas as funções pertencentes às políticas de emprego e formação profissional existentes até então. Todas essas competências tinham sido até à data da responsabilidade da Direção

¹ Informação retirada e adaptada de <https://www.iefp.pt/historia>

² Ver Anexo IV para mais informação histórica relativa à entidade de acolhimento

Geral do Emprego (DGE), da Direção Geral da Promoção do Emprego (DGPE) e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FMDO).

Relativamente á estrutura do IEFP, IP, nos dias de hoje, essa abordagem será efetuada no tópico seguinte, convém somente finalizar este tópico mostrando segundo a Portaria n.º 319/2012, de 12 de Outubro, que aprova os Estatutos do IEFP, definindo o funcionamento dos seus órgãos e regulando a organização e estrutura orgânica dos serviços centrais e regionais, bem como as competências das suas unidades orgânicas. Existem então de acordo com esta Portaria a nível nacional:

- 29 Centros de Emprego e Formação Profissional;
- 23 Centros de Emprego;
- 1 Centro de Formação e Reabilitação Profissional.

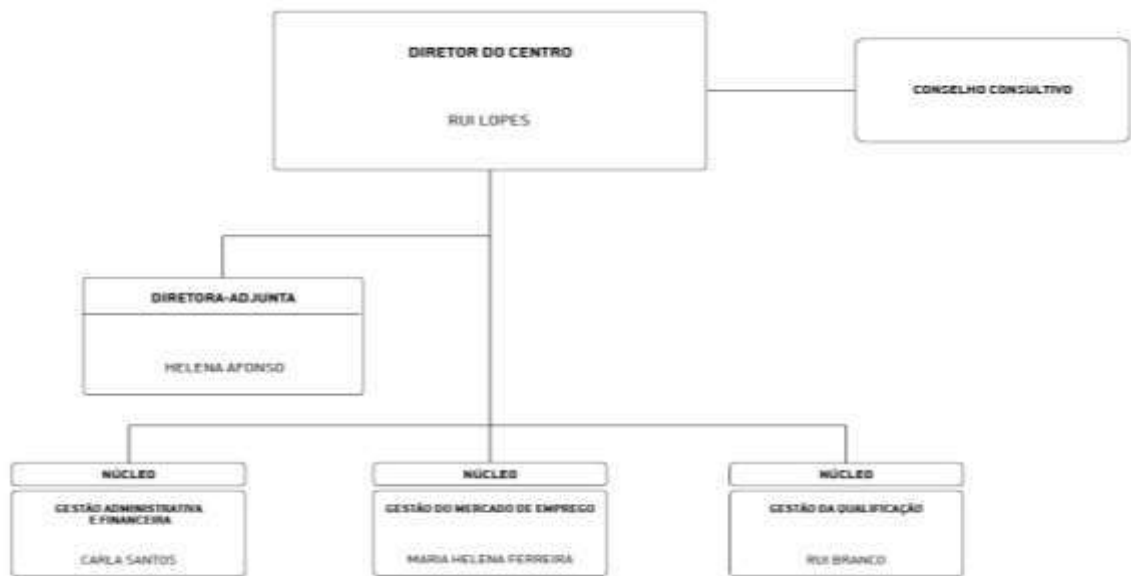
Finalizando este subtópico, importa mencionar os principais atributos estratégicos³ do IEFP, IP para não alongar demasiado esta seção, esta descrição vai centrar-se somente no Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 143/2012 de 11 de Julho sendo este artigo as atribuições do IEFP, IP. A génese geral desta instituição é fundamentalmente organizar o mercado de emprego, ou seja, é fazer o ajuste entre a oferta e a procura do emprego, promover informação, qualificação e a reabilitações profissional das pessoas tendo em vista a colocação de indivíduos mais competentes no mercado de emprego. Essa qualificação pode vir de várias formas sendo que uma delas prima pela oferta de formações e certificação dos indivíduos.

³ Ver Anexo IV para mais informação relativa aos atributos estratégicos da entidade de acolhimento

A.II) Estrutura Orgânica do IEFP, IP

Na estrutura⁴ orgânica do IEFP é necessário ter em conta que a mesma a partir de 1985, foi dividida em cinco regiões, que irá ser pormenorizado mais à frente no presente tópico, no entanto, existem os serviços centrais, serviços esses com sede em Lisboa, mais propriamente com na morada: Rua de Xabregas, 52 1949 – 003, Lisboa. Os serviços centrais regem todas as delegações, dando as normas, regulamentos e circulares necessários para o funcionamento coordenado de todas as regiões. A estrutura organizativa dos serviços centrais tem a seguinte forma como pode observar pelo organograma em baixo.

Figura 4 - Organograma Serviços Centrais



Fonte: Intranet IEFP,IP

Posto isto, convém agora pormenorizar a rede de delegações existentes no País sobre a tutela dos serviços centrais. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 247/85, de 12 de Julho, foi instituída uma gestão tripartida e uma estrutura de serviços desconcentrada, dividindo o país em cinco regiões, apresentadas na figura em anexo⁵.

⁴ Informação retirada e adaptada de <https://www.iefp.pt/instituição>

⁵ Ver Anexo IV para mais informação da estrutura relativa à entidade de acolhimento

A.III) Delegação Regional Centro

Como previamente mencionado, a Delegação Regional do Centro tem a sua sede em Coimbra e intervém numa área geográfica constituída pelos distritos e concelhos de Águeda, Arganil, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Seia e Viseu. Os Centros que estão inerentes à delegação são, sendo eles, os Centros de Emprego de Águeda, de Coimbra, de Castelo Branco, de Aveiro, de Leiria, de Viseu, da Guarda, do Pinhal Interior Norte, da Covilhã, da Figueira da Foz e de Dão-Lafões, por consequência cada Centro de Emprego engloba uma série de concelhos, como podemos ver na tabela 2:

Tabela 2 - Concelhos abrangidos pelos centros da Delegação Centro

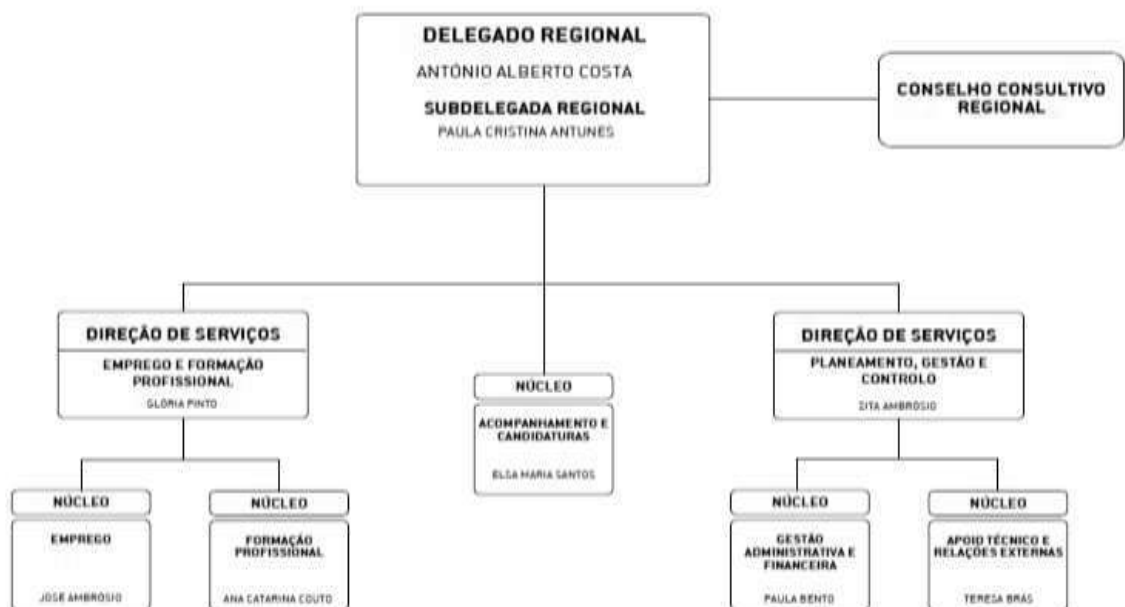
CENTROS	CONCELHOS
CTEF de Águeda	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga
CTEF de Coimbra	Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Mealhada, Mortágua, Penacova
CTEF de Castelo Branco	Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão
CTEF de Aveiro	Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Vagos
CTEF de Leiria	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós
CTEF de Viseu	Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva, Viseu
CTEF da Guarda	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso
CTEF do Pinhal Interior Norte	Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares
CTE da Covilhã	Belmonte, Covilhã, Fundão
CTE da Figueira da Foz	Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Soure
CTE de Dão-Lafões	Carregal do Sal, Castro Daire, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Vouzela

Fonte: Informação adaptada de <http://www.iefp.pt/redecentros>

i. *Estrutura Orgânica e Organograma*⁶

Relativamente à estrutura orgânica da DC e assim como em todas as delegações regionais, existe um Delegado e um Subdelegado. Seguidamente, existe a divisão interna do que é feito dentro da Delegação, existindo, portanto, a área do emprego e da formação profissional e a área do planeamento, gestão e controlo, cada uma destas áreas pressupõe um diretor. Ainda dentro de cada área acima mencionada existe mais uma subdivisão que vai estar sobre a tutela de um coordenador de núcleo, ou seja, no departamento de emprego e formação profissional, existe um coordenador do núcleo do emprego e um coordenador do núcleo da formação profissional, no que toca ao departamento do planeamento, gestão e controlo sucede a mesma coisa, existindo um coordenador do núcleo da gestão administrativa e financeira e um coordenador do núcleo de apoio técnico e relações externas. De forma a completar e de certa forma simplificar esta explicação podemos observar a figura 5 do organograma da delegação centro:

Figura 4 - Organograma da Delegação Regional Centro



Fonte: Intranet IIEFP

⁶ Informação retirada e adaptada de <https://www.iefp.pt/en/redecentros> e <https://www.iefp.pt/en/redecentros>

ii. Núcleo de Emprego

Visto que o estágio curricular foi feito no Núcleo de Emprego, é pertinente apresentar esta divisão. No decorrer deste subtópico, serão referidas as competências deste núcleo, e sobre alguns programas que este promove.

Como o nome indica, a função primordial deste núcleo é promover o emprego, é tentar ao máximo ajustar a procura á oferta, existindo uma panóplia de programas para incentivar a contratação, á criação de novas empresas, ao investimento em jovens qualificados e a pessoas com algum tipo de deficiência, entre outros. De forma a aprofundar um pouco mais as suas competências e baseando-me na Deliberação-extrato 1889/2012, de 11 de Dezembro, algumas das competências do núcleo de emprego são:

1) Promover a adaptação às características regionais dos critérios de apreciação e seleção de projetos ou ações a desenvolver no âmbito dos programas de emprego e reabilitação profissional;

2) Garantir a uniformidade técnica de intervenção dos centros, acompanhando a execução dos procedimentos estabelecidos e propondo a adoção de medidas concretas, tendo em vista o cumprimento dos normativos e das orientações dos serviços centrais;

3) Promover a coordenação das atividades dos centros no âmbito dos programas de emprego e reabilitação profissional, da informação e orientação profissional, da colocação e, em geral, todas as suas intervenções técnicas no âmbito do apoio ao emprego, incluindo a mobilidade profissional no âmbito da rede Eures;

4) Assegurar a articulação dos centros com outras entidades públicas ou privadas que atuam na sua área de intervenção, com destaque para as entidades empregadoras, de forma a promover a ativação e a inserção profissional dos candidatos a emprego, com base em processos de acompanhamento personalizado através de um gestor de carreira;

5) Colaborar no desenvolvimento e melhoria dos procedimentos inerentes à gestão das candidaturas às medidas ativas de emprego, em articulação com outras unidades orgânicas envolvidas.

Em jeito de conclusão, convém frisar alguns dos programas com que este núcleo trabalha e desenvolve a sua atividade de promoção do emprego. Os programas mais usuais e importantes são:

- Apoios à contratação, tais como, o programa de Estímulo Emprego;
- Apoios à colocação, tais como, Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho;
- Criação do Próprio Emprego e Empreendedorismo, tais como, PAECPE e InvestJovem;
- Estágios, tais como, Estágio Emprego.

Seção B – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)

No seguimento do presente relatório, é relevante referir o PAECPE. Este programa surge numa altura crucial da nossa economia, devido a uma profunda e prolongada crise económico-financeira internacional que tem vindo a condicionar a atividade económica mundial, foi necessário por parte do governo criar medidas que estimulem tanto a contratação, como a criação de emprego. Posto isto, surge em 2009 o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, regulamentado pela Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, sendo posteriormente revista pela Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro.

Este programa está inserido no quadro de políticas ativas de emprego, e destina-se à concessão de apoios do próprio emprego, por parte de desempregados, sendo da responsabilidade do IEFP, I.P. a sua promoção e execução. O objetivo primordial deste programa consiste na atribuição de apoios a projetos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, através da antecipação das prestações de desemprego podendo também ainda recorrer a linhas de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro concedido por instituições bancárias, desde que os mesmos assegurem o emprego, a tempo inteiro, dos promotores subsidiados. Em suma, o PAECPE

pretende apoiar o empreendedorismo e a criação de empresas de pequena dimensão que originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização das economias locais.

Na maioria dos projetos analisados, o que se revela mais frequente é somente a antecipação das prestações de desemprego, sendo muito poucos os promotores que pretendem uma ajuda com linhas de crédito. Este pagamento é efetuado por uma só vez, total ou parcialmente, deduzido as importâncias eventualmente já recebidas. O projeto do beneficiário terá que originar, pelo menos, a criação de emprego, a tempo inteiro, do promotor destinatário. Olhando para o quadro abaixo, conseguimos compreender melhor quais os apoios existentes dentro do PAECPE:

Tabela 3- Apoios concebidos pelo PAECPE

Apoio à criação de empresas	Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego	Programa nacional de microcrédito
Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro, através das linhas de crédito Invest+ e Microinvest	Pagamento, por uma só vez, total ou parcialmente, do montante global das prestações de desemprego	Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro, através da linha de crédito Microinvest
Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos	Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos Possibilidade de cumulação com as linhas de crédito Invest+ e Microinvest	Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos

Fonte: Intranet IEFP

Os destinatários deste tipo de programa segundo a portaria citada anteriormente têm de ter alguns requisitos base, para que sejam elegíveis, primeiramente têm de estar inscritos no nos centros/serviços de emprego e têm de estar pelo menos numa das seguintes situações:

- Desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição
- Jovens à procura do 1.º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário completo ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente à obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo

- Nunca tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria
- Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida

Na candidatura também existem vários critérios, para que esta seja considerada admissível, tais como, no caso de projeto sem recurso ao crédito com garantia e bonificação da taxa de juro a apresentação do projeto é efetuada nos centros/serviços de emprego da área de implementação do projeto. O formulário de candidatura deve ser acompanhado do requerimento para o pagamento, total ou parcial, do montante global das prestações de desemprego dirigido ao diretor do Centro Distrital do Instituto da Segurança Social, IP da área de residência do requerente.

No caso de projeto com recurso ao crédito com garantia e bonificação da taxa de juro o requerimento para o pagamento, total ou parcial, do montante global das prestações de desemprego é dirigido ao diretor do centro distrital do Instituto da Segurança Social, IP, da área de residência do requerente e apresentado no centro/serviço de emprego da área de implementação do projeto. O requerimento deve ser instruído com o projeto de criação do próprio emprego, nomeadamente o respetivo plano de negócios. O projeto de criação do próprio emprego deve ser apresentado na instituição bancária, para efeito de análise e concessão de crédito.

Após a aprovação do crédito, o promotor deve apresentar comprovativo dessa aprovação no centro/serviço de emprego da área de implementação do projeto a fim de este remeter ao centro distrital competente do ISS, juntamente com o requerimento para o pagamento, total ou parcial, do montante global das prestações de desemprego, a correspondente informação sobre a aprovação do crédito para efeitos de decisão.

Para que a candidatura seja deferida, e haja efetivamente a antecipação das prestações do subsídio de desemprego e linha de crédito se assim for o caso, há condições essenciais na candidatura que têm de ser respeitadas, obedecendo assim a certos requisitos base:

1. Requisitos dos promotores

- O promotor deve ter pelo menos 18 anos de idade à data da candidatura;
- Nas situações de criação do próprio emprego com recurso ao montante global das prestações de desemprego, pago de forma total ou parcial, os beneficiários não podem acumular o exercício da atividade para a qual foram apoiados com outra atividade normalmente remunerada, durante o período em que são obrigados a manter aquela atividade;
- Pelo menos metade dos promotores têm de, cumulativamente, ser destinatários do programa, criar o respetivo posto de trabalho a tempo inteiro e possuir conjuntamente mais de 50% do capital social e dos direitos de voto.

2. Requisitos dos projetos

- O montante das prestações de desemprego, pago na totalidade ou parcialmente, de uma só vez, pode ser aplicado na aquisição de estabelecimento por cessão ou na aquisição de capital social de empresa pré-existente que origemem, pelo menos, a criação de emprego, a tempo inteiro, do promotor destinatário;
- No projeto que inclua, no investimento a realizar, a aquisição de capital social, esta tem de decorrer de aumento de capital social, isto é, o montante das prestações de desemprego só pode financiar o aumento de capital social, não podendo financiar a aquisição de partes sociais existentes;
- O montante total ou parcial das prestações de desemprego deve ser aplicado, na sua totalidade, no financiamento do projeto, podendo ser aplicado em operações associadas ao projeto, designadamente na realização de capital social da empresa a constituir;
- No projeto que inclua, no investimento a realizar, a compra de capital social ou a cessão de estabelecimento, a empresa cujo capital é adquirido ou a empresa trespasante do estabelecimento não pode ser detida em 25 % ou mais pelo próprio, por cônjuge, unido de facto ou familiar do promotor até ao 2.º grau em linha reta ou colateral. A empresa não pode, também, ser detida em 25 % ou mais por outra empresa na qual os sujeitos referidos no mesmo ponto detenham 25 % ou mais do respetivo capital;

- O projeto deve apresentar viabilidade económico-financeira
- Os projetos de criação do próprio emprego que não envolvam o recurso ao crédito com garantia e bonificação da taxa de juro, e os respetivos postos de trabalho, devem ser mantidos durante, pelo menos, 3 anos a contar da data de pagamento do apoio;
- No caso em que o projeto de criação de empresa tenha apoio a linhas de crédito na sua fase de investimento e criação de postos de trabalho não pode envolver, a criação de mais de 10 postos de trabalho, nem um investimento total superior a €200 000.

3. Requisitos das empresas

A nova empresa não pode estar constituída à data da entrega do pedido de financiamento, com exceção do projeto que inclua, no investimento a realizar, a compra de capital social, posto isto, os outros requisitos são:

- Encontrar-se regularmente constituída e registada;
- Dispor de licenciamento e outros requisitos legais para o exercício da atividade ou apresentar comprovativo de ter iniciado o respetivo processo;
- Ter a situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social
- Não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP;
- Dispor de contabilidade organizada, desde que legalmente exigido;
- Não ter registo de incidentes no sistema bancário, no sistema de garantia mútua ou na central de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, salvo justificação aceite pela entidade bancária e pela sociedade de garantia mútua (requisito somente necessário se quiser obter apoio através de linhas de crédito).

Seção C – Objetivos e Tarefas Desenvolvidas

C.1) Objetivos

Os objetivos gerais do estágio curricular foram definidos como sendo a aplicação e a aquisição de conhecimentos ao nível dos procedimentos de financiamento do IEFP, IP,

no âmbito do Portugal 2020 – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2014/2020, sob a supervisão do Orientador de Estágio.

Assim, e tendo em consideração os objetivos acima traçados, o plano de estágio passou pelos seguintes pontos:

1) Conhecer o funcionamento dos sistemas de informação utilizados pela Unidade Orgânica, utilizando-os de forma eficaz, sob a supervisão do Orientador de Estágio

- Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIGAE- Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego
- Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIEF- Sistema de Informação do Emprego e Formação
- Conhecer as funcionalidades no âmbito do *Business Objects*

2) Elaborar pareceres no âmbito das candidaturas a diversos programas, sob a supervisão do Orientador de Estágio

- Como elaborar um parecer tendo em conta diversos programas, tais como, PAECPE e InvesteJovem.

3) Aplicar, sob a supervisão do Orientador de Estágio, as Medidas e Programas de Emprego

- Medida Estímulo Emprego – Enquadramento normativo e regulamentar
- Medida Estágio Emprego – Enquadramento normativo e regulamentar

O Estágio a iniciou a 15 de Fevereiro de 2016 e terminou a 20 de Junho de 2016, com duração de 8 horas diárias (9h-13h e 14h-18h).

C.II) Tarefas Desenvolvidas

No decorrer do estágio curricular no Instituto de Emprego e Formação de Coimbra, mais nomeadamente na delegação da região centro, as tarefas realizadas passaram desde o enquadramento em toda a legislação e regulamentos necessários a atividade que iria desenvolver, tais tarefas, consistiam na análise de planos de negócio oriundos dos programas de apoio ao empreendedorismo, assim como, a correção de níveis de emprego no âmbito do programa do estímulo emprego que irei explicar no seguimento do presente

tópico. De forma a simplificar a compreensão das tarefas desenvolvidas, irei subdividir este tópico em três, sendo eles, análise do PAECPE, análise dos InvesteJovem e por fim correção de níveis de emprego.

i. Análise do PAECPE

A grande maioria do estágio foi realizado em torno da Análise de Candidaturas ao PAECPE. Nas primeiras semanas do estágio, tive de me enquadrar na parte legal tanto no que toca ao funcionamento da função pública como dos PAECPEs, regulamentos, legislação, circulares que regulavam não só os serviços públicos, mas também os programas de apoio à criação do próprio emprego. Fui portanto, sujeito a um enquadramento legal e normativo da legislação mais pormenorizado do que regula e aprovam a criação do PAECPE, tendo efetuado a leitura pormenorizada e a interpretação da Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, Portaria n.º 95/2012, de 4 de abril e Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio.

A partir da terceira semana de estágio, começou-se a analisar as candidaturas ao PAECPE. A análise efetuada procedia-se da seguinte forma, primeiramente tínhamos de ler todo o projeto, entre outras coisas tínhamos de analisar a ideia do negócio, o mercado, os fornecedores, as previsões de vendas, o investimento a fazer, o currículo do promotor, a demonstração de resultados, tínhamos ainda de verificar se o estava dentro do enquadramento legal e se toda a documentação necessária do processo constava na candidatura. Após essa leitura e pré-análise, procedia ao registo e análise dos planos de negócio, utilizando o ficheiro Excel⁷ destinado à análise destes projetos.

A partir da quarta semana de estágio, já estava á vontade na análise dos planos de negócio, sempre sobre a supervisão da Dr^a Maria do Céu Lopes. A minha função passava por toda a análise necessária para o deferimento ou indeferimento dos projetos, dando no final o nosso parecer, que posteriormente cabia à Dr^a Maria do Céu Lopes aprovar ou não o que tinha sido proposto por nos e dar efetivamente o seu parecer final. Gostaria de salientar que, a supervisora nestes projetos, teve sempre uma atitude integradora e teve

⁷ Ver anexo I, que contém imagens do Ficheiro Excel

sempre muito em conta a nossa opinião e análise, abordando-nos quando alguma dúvida existia acerca do deferimento ou não de uma candidatura.

No âmbito destas candidaturas, tive ainda oportunidade de efetuar a emissão de alguns pedidos de elementos (que consiste em pedir documentos ao promotor que estejam em falta na candidatura, ou pedir que justificasse algumas previsões utilizadas nos cálculos), bem como a emissão de pareceres com propostas finais de indeferimento, documento este onde era possível ler os motivos de a mesma candidatura ter sido rejeitada. Em suma, com esta função verificou-se um aprofundamento do conhecimento na análise de planos e estratégias de negócio.

ii. Análise do InvesteJovem

O Programa Investe Jovem encontra-se regulado pela Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho é outro dos Programas de Incentivo à Criação do Próprio Emprego (CPE) e tal como o PAECPE tem como objetivos base o incentivo ao empreendedorismo, bem como a promoção da criação de emprego e o crescimento económico. Comparativamente com o PAECPE tem um público-alvo mais jovem, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30, e apresenta outro tipo de requisitos diferentes, por exemplo ao nível do investimento: deve apresentar um investimento entre 2,5 e 100 x IAS e não pode incluir, no investimento a realizar, a compra de capital social de empresa existente.

No que toca a este programa foi atribuída a responsabilidade de fazer o enquadramento com a legislação em vigor deste Programa, sendo que posteriormente teríamos de proceder ao preenchimento, também em ficheiro Excel⁸ tal como as candidaturas ao PAECPE, dos dados de negócio de cada candidatura. Devido ao facto de este preenchimento envolver apenas alguns detalhes ao nível da admissibilidade do beneficiário e do projeto, esta tarefa acabou por se revelar mais simplificada que as candidaturas do programa anterior, sendo que apenas efetuada uma “pré-análise” aos mesmos planos de negócios.

⁸ Ver anexo II, que contém imagens do Ficheiro Excel

iii. Correção de Níveis de Emprego

Passadas algumas semanas do decorrer do nosso estágio, os programas PAECPE e InvesteJovem, começaram a ser menos, como tal tive de começar também a desempenhar outras funções. Foi pedido para ajudar numa tarefa em que o IEFP, IP, tinha muito trabalho em atraso, tarefa essa que consistia na atualização de níveis de emprego. Depois de dois dias sob formação com a Dra. Ana Margarida, foi-me então solicitado que desempenhasse esta função mais administrativa, mais especificamente funções relacionadas com a atualização de Níveis de Emprego⁹ no Sistema de Gestão de Ações e Emprego (SIGAE)¹⁰.

Esta função foi uma tarefa mais administrativa como já mencionei em cima, e desenrolou-se no âmbito do Programa Estímulo Emprego, proveniente dos Apoios à Contratação. De uma forma muito resumida, este Programa tem como objetivo base o combate ao desemprego, fomentando a criação líquida de postos de trabalho. Algo que quero deixar saliente é que, apesar de esta função ser mais administrativa e não ser tão relacionada com a área da gestão, foi na mesma uma função gratificadora, pois aprendemos a mexer com o SIGAE, com o Portal da Segurança Social, entre outras ferramentas, e acima de tudo passamos por um trabalho administrativo que também faz parte da aprendizagem como estagiário.

De forma sucinta, a correção dos níveis de emprego procedia-se da seguinte forma, depois do envio da reclamação por parte da entidade, do Nível de Emprego mal calculado, era necessário verificar através do controlo remoto com a SS¹¹ qual é o nível exato de trabalhadores da mesma a cada mês. Neste sentido, a minha função foi de efetuar uma atualização do número de trabalhadores da entidade na data de candidatura ao Programa. Isto porque o NE verificado ter de ser superior à média mais favorável do número de trabalhadores dos últimos 6 ou 12 meses. Apenas verificando-se esta exigência, as empresas podem ser alvo dos subsídios.

Isto acontece porque na altura da análise da candidatura, efetuada pelos técnicos do IEFP, IP, as empresas não têm atualizado o número de trabalhadores na SS (ou não têm

⁹ Número de trabalhadores que se registavam à data de candidatura ao programa

¹⁰ Ver anexo III, que contém imagens do SIGAE

¹¹ Ver anexo III, que contém imagens do controlo remoto da Segurança Social

as datas de entrada e saída dos mesmos corretas), e leva a que o NE calculado nesse momento seja muitas vezes superior/inferior ao real, sendo este inconveniente detetado mais tarde pelas entidades. É de todo importante que as empresas detetem esta incorreção, dado que o NE tem que se manter nos períodos seguintes ao apoio, e assim um NE elevado implicaria que o número de trabalhadores a manter fosse demasiado alto.

Seção D – Análise Crítica

A realização deste estágio curricular foi ao encontro das expectativas relativamente às tarefas a desenvolver, tudo o que estava estabelecido no programa de estágio foi aquilo que foi feito, nunca tendo sido desempenhadas tarefas que fugissem ao programa. Este estágio foi algo que sempre quis fazer desde que ingressei no ensino superior, nunca pensando em fazer uma dissertação mas sim um estágio, pois convém antes de ingressar no mercado de trabalho ter uma visão de como uma empresa/instituição funciona, como é que devemos lidar no ambiente organizacional, como gerir os nossos interesses e dos demais colaboradores, saber respeitar uma hierarquia e acima de tudo ganhar uma maior noção de responsabilidade e de trabalho.

No decorrer do estágio, tive a oportunidade de primeiramente consolidar os conhecimentos que obtive no 1º e 2º ciclo de estudos, conseguindo fazer uma ponte entre os conceitos teóricos aprendidos com a parte prática de um estágio. No caso, consegui ainda aprofundar e aprender coisas novas, pois visto vir de uma área de licenciatura que não a gestão, consegui aprender bastante ao nível da contabilidade por exemplo e das finanças. Tive a oportunidade ainda de lidar com a área do direito, pois nos programas por mim analisados, existe uma vertente legislativa muito grande. Em suma, pode-se dizer que houve uma melhoria do conhecimento nas áreas da contabilidade, análise financeira, estratégia de negócios e o direito. Consegui ainda aprimorar a minha expressão escrita devido aos pareceres que tinha de fazer, assim como, o uso de ferramentas informáticas como Microsoft Word e Excel.

Como já foi dito muito brevemente em cima, algo onde houve uma melhoria significativa, não a nível académico, mas como pessoa, foi a noção de trabalho, de responsabilidade, de autonomia e resolução de problemas e de integração num ambiente

muito diferente ao de uma faculdade, ou seja, ao ambiente de trabalho e a uma cultura organizacional.

Gostaria no entanto de deixar uma breve nota sobre a acessibilidade, entreaduda, espírito, abertura e simpatia de todos no IEFP, IP. Desde da chegada, toda a equipa do IEFP, IP, do núcleo de emprego e formação, esteve sempre com um sorriso e disponibilidade em ajudar e integrar, deixando desde logo muito à vontade e mais desinibidos. Todo o ambiente dentro desta instituição é fantástico e acolhedor.

Não existindo nenhum aspeto mais negativo que na minha opinião pudesse ter piorado a minha experiência, só me resta abordar os aspetos que fugiram um pouco ao planeado e que foram bastante benéficos para a minha aprendizagem no decorrer do estágio.

A primeira foi a secção de acolhimentos dos estagiários PEPAC da região centro, apesar de não estar enquadrado neste estágio o orientador de estágio achou importante que os estagiários curriculares também fossem a esta secção. Nesta secção, abordou-se essencialmente de todas as áreas do IEFP, IP, desde os recursos humanos, á gestão e finanças, assim como do emprego e da formação. Foi uma espécie de formação de um dia onde ficamos a conhecer, o funcionamento interno do IEFP, IP, todos os mecanismos de apoio a terceiros e como é que o IEFP, IP se financia, conhecemos ainda também as vivências dos estagiários PEPAC e o seu dia-a-dia.

A segunda atividade que tive o gosto de presenciar foi o campeonato nacional de profissional que decorreu no Centro de Formação Profissional do Artesanato. Este evento deverá ter sido o que mais gostei de atender, pois não estava à espera de algo de dimensões tão grandes. Em suma, esta competição é realizada de dois em dois anos é destinada a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional, e visam demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas específicas.

Por fim a ultima atividade em que estivesse presente, foi numa secção sobre empreendedorismo na associação empresarial da região centro. Nesta secção esteve

presente como um dos oradores a Dr.^a Maria do Céu Lopes, tendo sido ela a convidar tanto a mim como os restantes estagiários para atender a esta iniciativa. Posso dizer que esta seção teve bastante interesse, pois grande parte do estágio foi em torno do empreendedorismo, como tal, deu para assentar algumas ideias sobre este tema. Em suma, esta atividade que nos estagiários presenciamos, foi um Seminário sobre Empreendedorismo e Microcrédito, onde foram apresentados programas, medidas e incentivos de apoio à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo.

Capítulo 4 – Estudo Empírico – Incumprimentos e Resultados

Seção A - Objetivos do Estudos

Para explicar os objetivos que estão por detrás deste estudo convém antes de mais voltar a frisar o facto de que quase todo o estágio efetuado no IEFP, IP, ter tido por base a análise de projetos no âmbito do PAECPE, programa este que já foi explicado anteriormente na seção B do capítulo 2. Foi considerado útil procurar compreender a relação existente entre um conjunto de características dos promotores dos projetos e o conseqüente sucesso ou insucesso da atividade empreendedora, considerando como *proxy* o cumprimento do programa na sua totalidade. É de frisar como já foi dito anteriormente que o pressuposto do sucesso ou insucesso desta medida tem como base a medida legal da Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, sendo posteriormente revista pela Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro, de que os negócios têm de se manter pelo menos durante três anos após a sua criação.

Visto este tipo de empreendedorismo se enquadrar num empreendedorismo por necessidade, daí grande parte da revisão bibliográfica se basear neste conceito, torna-se importante tendo em conta a conjuntura económico-financeira atual, saber se existe ou não sucesso deste tipo de medidas promovidas pelo governo e saber quais os fatores no que toca ao perfil dos promotores que influenciam o sucesso ou insucesso desta medida em específico, pois como explicado anteriormente, caso o promotor não cumpra a permanência do seu negócio durante um prazo mínimo de três anos, terá de restabelecer todo a antecipação do subsídio de desemprego que recebeu. Como tal, os objetivos deste estudo quererão saber, se o perfil do promotor tem algum tipo de relação com o sucesso ou insucesso da atividade por ele criada.

Em suma, serão analisados todos os fatores demográficos e pessoais que poderão antes de mais ajudar a traçar o perfil do empreendedor bem como conhecer se existem fatores propiciadores de incumprimento, tais como: Género, idade, habilitação académica, experiência profissional, setor de atividade e número de postos de trabalho criados.

Posteriormente, vai ser efetuado um cruzamento de todas estas variáveis com o cumprimento ou incumprimento, de forma a saber se efetivamente qual a relação entre tipo de variáveis e o sucesso ou insucesso das atividades empreendedoras. Ainda dentro deste estudo, tentarei traçar o perfil do empreendedor por necessidade, segundo o género, idade, habilitações, entre outros fatores.

Durante a recolha bibliográfica constatou-se que existem alguns fatores, tais como, idade, género e escolaridade que são mais propensos no empreendedorismo por necessidade.

No que toca ao género, constatou-se que apesar de a expressão não ser muito mais evidente nos homens do que nas mulheres, existe mesmo assim mais propensão para que os indivíduos do sexo masculino comecem uma atividade empreendedora por necessidade. Já na faixa etária os estudos acima mencionados, dizem que são os indivíduos com idades entre os 25 – 44 anos que mais procuram este tipo de empreendedorismo. Relativamente à escolaridade o relatório da GEM 2004 é bem claro, 50 por cento dos indivíduos que começam um novo negócio com um baixo nível de instrução são categorizados como empresários por necessidade. Por fim, os setores de atividade mais típicos deste tipo de empreendedorismo segundo a minha revisão bibliográfica são, comércio, serviços, restauração, construção e agricultura. Com o estudo realizado, vou tentar corroborar o que teoricamente disse em cima com base em vários *papers* e estudos na área.

Seção B - Metodologia Utilizada

No estudo empírico realizado no âmbito do presente relatório, foi feita uma recolha de 73 processos do programa do PAECPE que foram recebidos pelo IEF, IP, nomeadamente na delegação centro. Esses dados são relativos a 2012, começando a 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012. É importante explicar o porque de serem dados de 2012 e não mais recentes, aquando da abertura de um novo negócio no âmbito do programa PAECPE, os promotores são obrigados a manter o seu negócio aberto durante três anos. Posto isto, é necessária uma base temporal que deixasse saber se tinha existido ou não cumprimento. Convém ainda frisar que o objetivo principal era recolher dados

somente relativos ao concelho de Coimbra, mas devido a dificuldades na obtenção de informação relativamente ao sucesso ou insucesso das entidades, tive de fazer também uma recolha de dados do concelho de Viseu. Optou-se por Viseu, pois ambos são da região centro e podemos considerar que são cidades parecidas, tanto ao nível da população, dimensão geográfica, tecido empresarial e ambas são sede de distrito. Como tal, não existe muita discrepância de dados.

A recolha destes dados foi possível através da plataforma SIEF, base de dados onde se encontram registados todos os processos. Depois de fazer a transcrição de cada processo um a um para Excel, recorreu-se à Plataforma SIGAE, para complementar a informação obtida no SIEF e conseguir obter mais variáveis importantes de analisar para o estudo, nomeadamente: a data de nascimento do promotor e o seu nível de habilitação académica. A plataforma da SS também foi usada, pois é aí que podemos observar se existiu ou não cumprimento por parte das entidades. Em suma, aquando da recolha dos dados tinha sempre de ir à ligação remota que o IEFP,IP, tem com a segurança social e verificar se a entidade ainda estava em funções e se tinha ou não cumprido os três anos obrigatórios pela lei.

Quando procedi à análise na ferramenta Excel dos dados que recolhi, tive a necessidade de formar classes para alguns dados, tais como, a idade, as habilitações literárias, os setores de atividade e o número de trabalhadores de cada entidade.

Por fim, para além dos dados mais genéricos que foram retirados, formaram-se algumas variáveis de forma a cruzar alguns dados para saber efetivamente quais seriam as causas dos incumprimentos

Seção C - Caracterização dos Resultados

Visto o estudo empírico incidir nos cumprimentos e incumprimentos e as causas que estão por detrás disso, convém antes de tudo no universo dos 73 processos recolhidos e analisados saber a percentagem de cumprimentos e incumprimentos. Como podemos observar pelo Gráfico 1, existem 77% de cumprimentos e 23% de incumprimentos, ou seja, em 73 processos existiram somente 17 casos de incumprimentos.

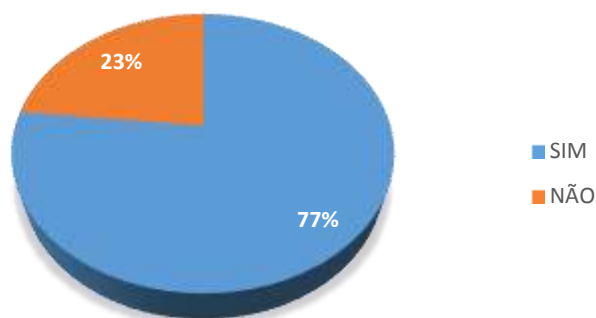


Gráfico 1 - Taxa de Cumprimento / Incumprimento

Na amostra recolhida, num total de 73 processos, existem 44 indivíduos do género masculino e 29 do género feminino como podemos observar no gráfico 2. Em suma, os promotores do sexo masculino perfazem um total de 60% da amostra enquanto as promotoras são 40%.

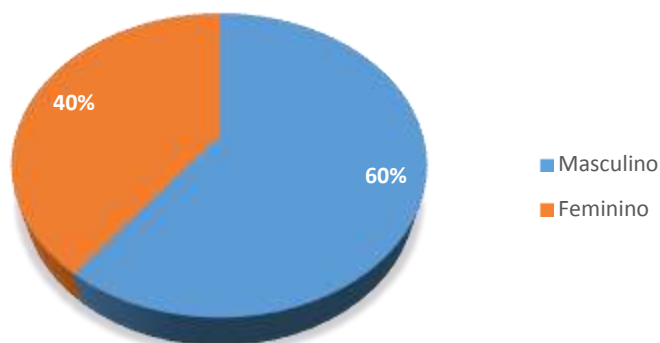


Gráfico 2 - Distribuição Por Género

Ainda no que toca ao género, estudou-se a relação existente entre, género e cumprimento ou incumprimento, como podemos observar nos gráficos 3 e 4, no que toca ao sexo masculino 77% dos casos cumpriram o programa e somente 23% não cumpriram, tal situação é muito parecida no sexo oposto, pois somente 24% das mulheres é que entraram em incumprimento.

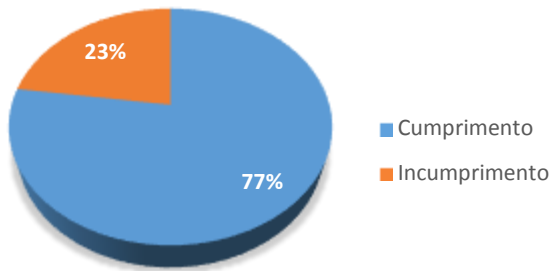


Gráfico 3 - Género Masculino: Cumprimentos e Incumprimentos

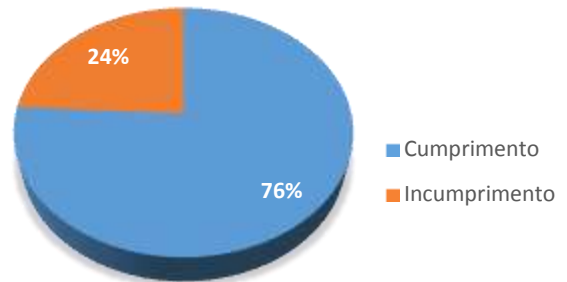


Gráfico 4 - Género Feminino: Cumprimentos e Incumprimentos

Findo a demonstração dos resultados do género, podemos passar as idades, neste parâmetro foram efetuadas classes de idades, tendo feito as seguintes classes, 25-34, 35-44, 45-54 e 55-64. Optou-se por fazer com um espaço de dez anos, isto para não ficar com demasiadas classes visto a amostra não ser muito grande. Antes de analisar o gráfico 5, convém dizer que o valor médio das idades é de 43,66 anos, a idade mínima é de 27 anos e a máxima de 64 anos. Podemos observar que a grande maioria dos indivíduos tem idades entre os 35-44 anos (51% da amostra que equivale a 37 indivíduos), tal pode explicar-se pelo facto de serem estes que mais sofrem com o desemprego, pois devido a idade têm mais dificuldade em arranjar um novo emprego. Ainda de frisar que logo em seguida vem a faixa etária de 45-54 anos (27% do total da amostra, ou seja, 20% dos promotores).

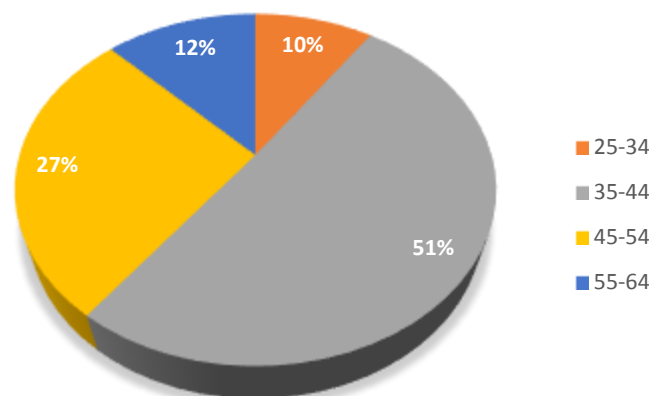


Gráfico 5 - Distribuição Segundo Idade

Relativamente aos incumprimentos que ocorreram segundo a idade, como é de esperar a maior percentagem vai para a faixa etária dos 35-44 anos, num total de 37 observações incumpriu 12 (35%) é preciso ter em conta que o número total de incumprimentos é de 17, ou seja, deste número a faixa etária dos 35-44 tem uma percentagem de 70% do total de incumprimentos, de seguida vem a faixa etária 45-54 anos com 15% (3 incumprimentos) que também ocupa a segunda posição em termos de representativa da amostra, os jovens adultos mais uma vez ocupam a terceira posição com 14% de incumprimentos num total de 7 observações, incumpriram somente uma vez. Por fim vem o escalão mais velho dos 55 aos 64, com 11% de incumprimentos (1 incumprimento).

Idades	Observações	Cumprimento	Incumprimento	% Cumprimento	% Incumprimento
25-34	7	6	1	86%	14%
35-44	37	24	12	65%	35%
45-54	20	17	3	85%	15%
55-64	9	8	1	89%	11%

Tabela 4 - Cumprimentos / Incumprimentos Segundo Faixa Etária

Ao nível do estudo das habilitações académicas dos promotores, dividiu-se a análise desta componente em quatro classificações como se pode verificar no gráfico 6. Num universo de 73 processos analisados, foram cerca de 9 indivíduos (12%) que apresentaram a sua candidatura ao IEF, IP para antecipação das suas prestações de subsídio de desemprego com habilitações académicas que equivalem somente ao ensino básico. Cerca de 22% (16 desempregados) com habitações até ao 9º ano e 38% (28 indivíduos) com o 12º ano de escolaridade, sendo esta a classe com maior representatividade da amostra. No total, cerca de 20 promotores detinham estudos superiores (Licenciatura ou Mestrado) correspondendo a uma percentagem conjunta de 28%. Uma informação mais detalhada encontra-se no gráfico abaixo representado:

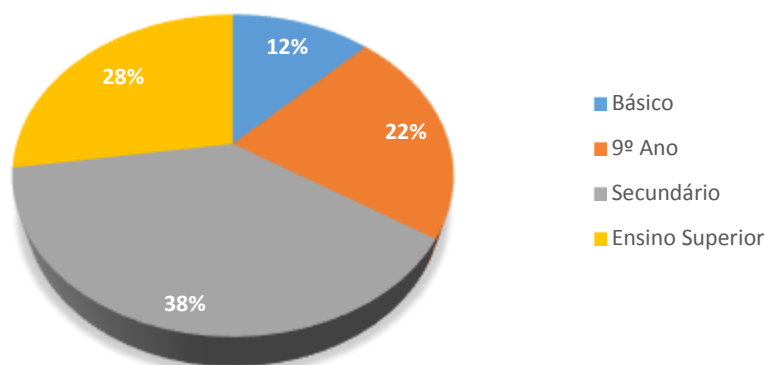


Gráfico 6 - Distribuição Segundo Habilitações Académicas

Num universo de 17 incumprimentos, ou seja, 23% do total dos processos analisados, não existem nenhum incumprimento por parte dos desempregados que têm somente o ensino básico, ou seja, em nove candidaturas efetuadas e deferidas, todas elas cumpriram pelo menos o prazo mínimo de três anos de funcionamento. O mesmo já não acontece com os indivíduos com o 9º ano, pois no total de 17 incumprimentos existentes, 4 (25% do total de candidaturas feitas por este escalão) são de indivíduos com estas valências académicas, no ensino secundário é onde se nota a maior percentagem de incumprimentos com das 28 observações, 9 (32%) são incumprimentos, por fim 24% dos 17 incumprimentos totais (20% casos observados) pertencem a indivíduos que possuem licenciatura ou mestrado.

Habilitações	Observações	Cumprimento	Incumprimento	% Cumprimento	% Incumprimento
Básico	9	9	0	100%	0%
9º Ano	16	12	4	75%	25%
Secundário	28	19	9	68%	32%
Superior	20	16	4	80%	20%

Tabela 5 - Cumprimento / Incumprimento Segundo Habilitações Literárias

Usou-se os critérios legais do programa PAECPE para definir cumprimento e incumprimento, sendo que se o negócio estiver aberto pelo menos nos primeiros três anos existiu cumprimento por parte do promotor. Posto isto, é pertinente verificar, qual era o espaço de tempo mais comum em que os negócios entravam em incumprimento, encontrei dois resultados interessantes, pois as percentagens maiores são, de 29% de 5 meses a 1 ano e também 29% de 2 anos a 2 anos e meio, ou seja, a maior taxa de “mortalidade” dos projetos, são ou numa fase ainda muito precoce ou então numa fase mais terminal (perto dos três anos). Relativamente aos restantes períodos de tempo, temos 12% em três casos sendo eles de 1 ano a 1,5 anos, de 1,5 anos a 2 anos e por fim mais de 2,5 anos. Restando somente os primeiros cinco meses, onde a expressão é muito reduzida sendo só 6% dos casos. Em jeito de conclusão, podemos então verificar que a média de fecho é de 1,51 anos, sendo que o período mínimo que um novo negócio teve aberto foi de 2 meses e meio e o período máximo que um negócio esteve aberto antes de entrar em incumprimento foi de 2,8 anos.

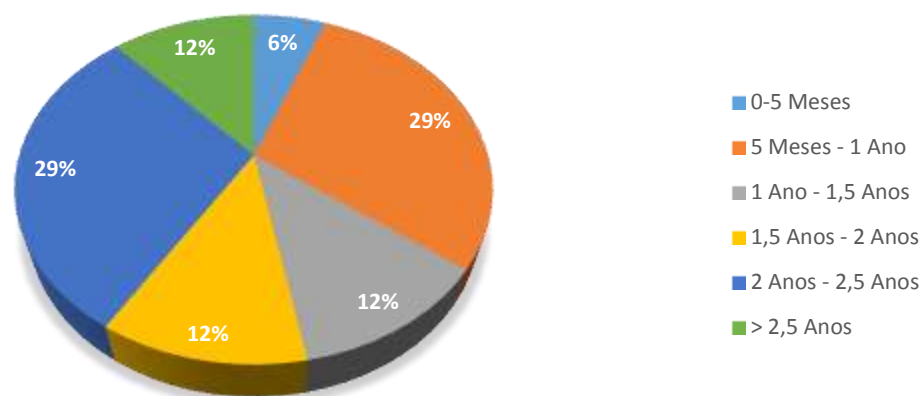


Gráfico 7 - Período de tempo até ao incumprimento

Durante estágio curricular no IEFPIP, analisei vários processos no âmbito do PAECPE, verificando sempre que existiam promotores que somente criavam o seu próprio posto de trabalho e outros que empregavam mais pessoas. Como tal, tornou-se pertinente durante a recolha que realizada dos processos saber como variava o número de funcionários das candidaturas ao PAECPE. Nas 73 candidaturas recolhidas, o número de trabalhadores variava entre 1 trabalhadores (somente criar o posto de trabalho do promotor) e 5 trabalhadores, posto isto, três classes de forma a conseguir agregar melhor

os dados, sendo elas, 1 Trabalhador, 2 Trabalhadores e 3 ou mais Trabalhadores. Em média na criação de um novo projeto empreendedor no âmbito do programa acima supracitado, existe a criação de 1,86 postos de trabalho, mas podemos ter uma visão mais pormenorizada com a análise do Gráfico 8. Podemos constatar que na maioria dos casos 42% (31 processos) existe a criação do posto de trabalho do promotor e mais nenhum, em seguida vem a criação de um posto trabalho adicional com 37% dos casos (27 candidaturas) e por fim 3 ou mais tem uma representatividade de 21% (15 PAECPE's).

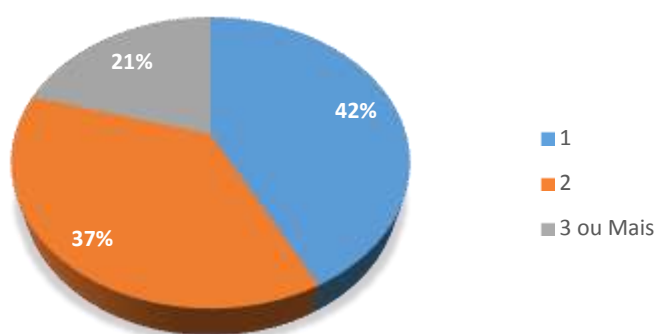


Gráfico 8 - Postos de Trabalho Criados

Convém saber qual será a relação dos incumprimentos com o número de postos de trabalho criados. Na criação de somente um posto de trabalho, dos casos em cima relatados (31 processos), existirem 24 (77%) cumprimentos e 7 incumprimentos (23%), no que toca aos casos em que existirem dois postos de trabalho criados o número de incumprimentos desce para 5 (19%) num total de 27 processos e por fim quando existe a cifração de 3 ou mais postos de trabalho, a percentagem de incumprimento sobe para 33% nos 15 processos que se enquadram neste parâmetro. Em suma, olhando para o Gráfico 9, que demonstra dentro dos 17 incumprimentos, qual a percentagem que cada classe ocupada, podemos constatar que, existiram 42% de incumprimentos por parte dos indivíduos que só criaram o seu posto de trabalho, 30% de não cumprimentos por promotores que contrataram mais um pessoas e por fim 29% dos casos aqueles que criaram 3 ou mais postos de trabalho.

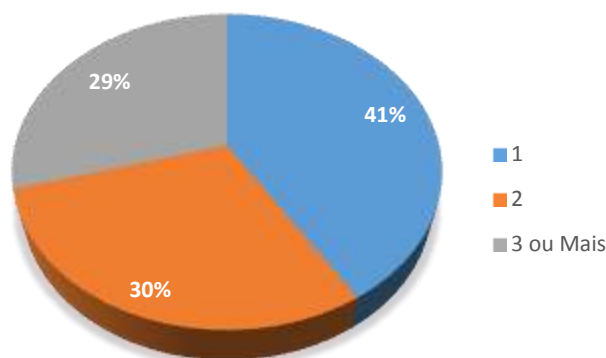


Gráfico 9 - Incumprimentos Segundos Postos de Trabalho Criados

Como podemos observar no Gráfico 10, 66% dos setores¹² que emergiram em 2012 com o PAECPE foram os setores do comércio e serviços, ocupando cada um deles 33% (24 candidaturas) do bolo total. Seguidamente vem o setor do turismo com 19% (14 indivíduos que recorrerem à antecipação do subsidio de desemprego), o setor da construção, industria e transportes aparece na quarta posição com uma representatividade de 12% (9 casos) e por fim com uma expressão muito reduzida vem o setor da agricultura com 3% (2 candidaturas). Posteriormente, numa futura conclusão e interpretação dos resultados obtidos, explicar-se-á melhor dentro de cada setor quais as atividades que mais foram criadas, em jeito de exemplo, no caso do comércio a grande maioria das atividades criadas recaem sobre o comércio a retalho de produtos.

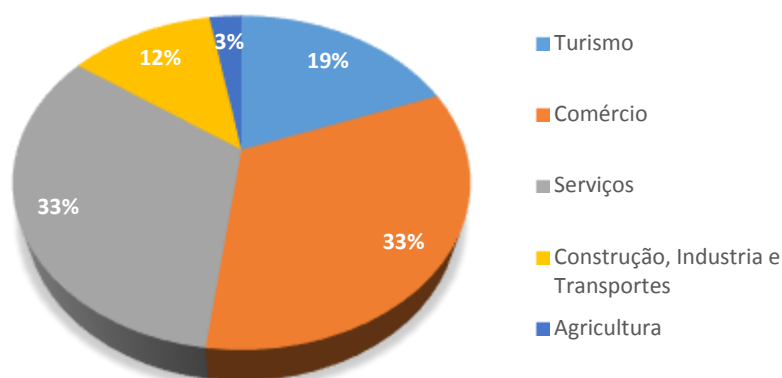


Gráfico 10 - Divisão Segundo Setores de Atividade

¹² Ver Anexo IV para informação relativamente a divisão por setores

Exposto já a divisão das candidaturas segundo os setores, convém demonstrar os resultados obtidos dos 73 processos analisados segundo o cumprimento ou incumprimento de cada setor:

Setor	Observações	Cumprimento	Incumprimento	% Cumprimento	% Incumprimento
Turismo	14	10	4	71%	29%
Comércio	24	18	6	75%	25%
Serviços	24	18	6	75%	25%
Construção					
Industria e Transportes	9	8	1	89%	11%
Agricultura	2	2	0	100%	0%

Tabela 6 - Cumprimento / Incumprimento Segundo Setor de Atividade

Como podemos observar na tabela 6, no que concerne aos processos relativos ao turismo, existe uma percentagem de incumprimento de 29%, no comércio e serviços a percentagem dos dois é igual dos 24 casos que cada um tem, 25% destes são incumprimentos, no caso da construção, industria e transportes a percentagem de incumprimento é muito baixa ficando nos 11% e por fim na agricultura não existe nenhum incumprimento, mas é preciso notar que existem somente duas candidaturas com este fim.

Relativamente aos incumprimentos propriamente ditos, dos 17 processos existentes que efetivamente entraram em incumprimento podemos observar segundo o Gráfico 11 que os dados corroboram o que foi dito me cima, sendo que é o setor do comércio e serviços que mais incumprimentos tem, representando 35% cada um respetivamente do total de casos, com 24% temos o setor do turismo e por fim somente com 6% temos o setor da construção, industria e transportes.

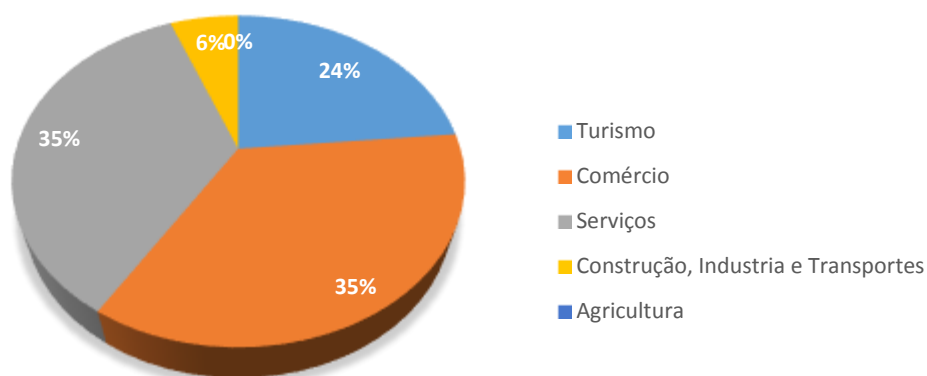


Gráfico 11 - Incumprimentos Segundo Setor de Atividade

No diz respeito ainda aos setores de atividade, foi pertinente durante a análise dos dados efetuar um cruzamento entre a escolaridade dos promotores e o setor de atividade fazendo novamente um cruzamento com o sucesso ou insucesso da atividade por ele iniciada, ou seja, caso os promotores tenham escolaridade na área onde vão iniciar a sua atividade se isso influencia o facto de cumprirem ou incumprirem. Olhando para o Gráfico 15, podemos observar que a relação existente entre o setor de atividade e a escolaridade dos promotores é baixa, sendo que somente 26% (19 indivíduos) dos casos é que têm uma formação académica dentro da área de atividade que vão desenvolver, sendo que os restantes 74% (54 promotores), não tinham qualquer formação académica na área que pretendiam desenvolver.

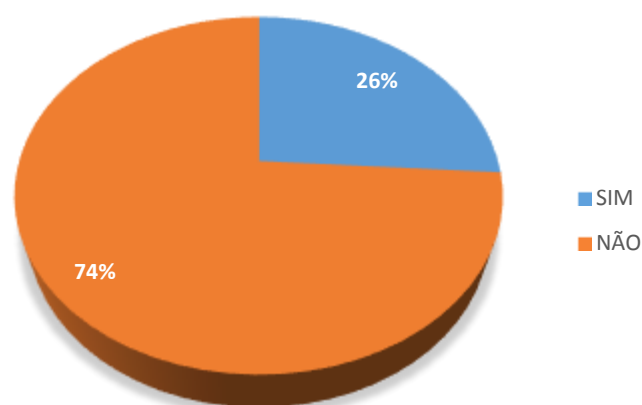


Gráfico 12 - Relação entre Escolaridade e Setor de Atividade

Tendo já caracterizado a relação existente entre as habilitações académicas dos promotores e o setor de atividade que estes decidiram iniciar a sua atividade, vou agora mostrar os resultados obtidos com o cruzamento desses dados com o sucesso ou insucesso das atividades. Como podemos observar pelos gráficos abaixo, caso um promotor tenha valências académicas no setor, a sua taxa de sucesso é de 79%, ou seja, dos 19 indivíduos que tinham formação académica na área em questão, 15 deles conseguiram cumprir os três anos de permanência da atividade, sendo que 4 promotores não conseguiram (21%). Relativamente à situação oposta os dados revelam quem num total de 54 promotores em experiência na área onde quiserem iniciar a sua atividade 41 tiveram sucesso (76%) e 13 (24%) não conseguiram cumprir o espaço de tempo de três anos de abertura da sua atividade.

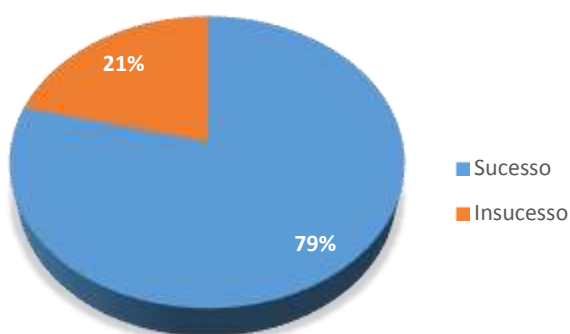


Gráfico 13 - Taxa de Sucesso Com Habilitações no Setor de Atividade

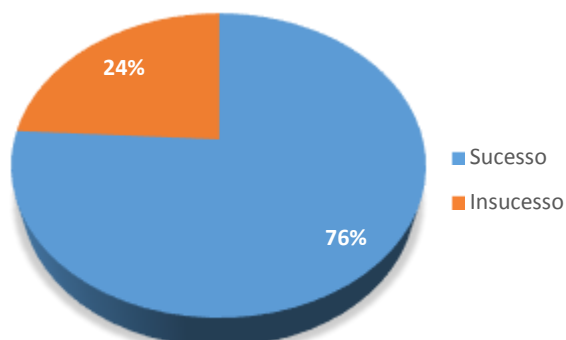


Gráfico 14 - Taxa de Sucesso Sem Habilitações no Setor de Atividade

Uma análise semelhante também foi feita no que toca à experiência profissional do promotor, em suma, consegui obter dados da profissão anterior do promotor, conseguindo assim cruzar esses dados com a relação existente entre a sua profissão anterior e o negócio que decidiu abrir e posteriormente saber se havia ou não sucesso. Num total de 73 processos analisados, 44 (60%) têm uma relação entre a experiência profissional anterior e o setor de atividade, pelo contrário em 40% dos casos (29 promotores) não abriram um negócio onde já teriam uma experiência profissional anterior que se enquadrasse no novo negócio.

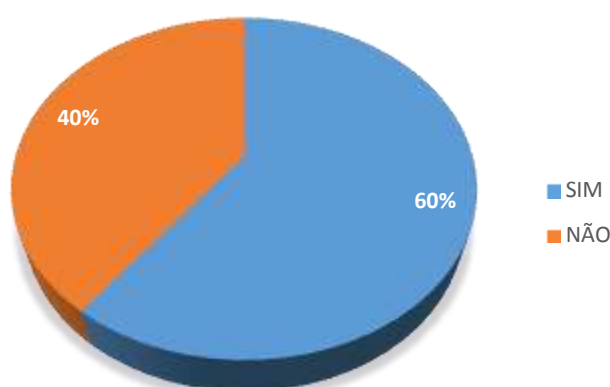


Gráfico 15 - Relação entre Experiência Profissional e Setor de Atividade

Como efetuado no caso das valências académicas, achei pertinente fazer o cruzamento entre a relação existente da experiência profissional anterior e o sucesso ou insucesso das atividade iniciada. Olhando para os Gráficos 19 e 20, podemos constatar que existindo uma experiência profissional anterior no setor de atividade a percentagem de sucesso é de 77%, ou seja, em 33 dos casos num total de 43 processos onde existia experiência no ramo em questão, os promotores conseguiram alcançar e ou ultrapassar a barreira obrigatória por lei dos três anos. Algo curioso acontece no reverso da moeda num total de 30 promotores, também 77% (23 casos) dos casos têm sucesso caso não exista qualquer experiência profissional anterior. O insucesso das atividade fica em 23% nos dois casos.

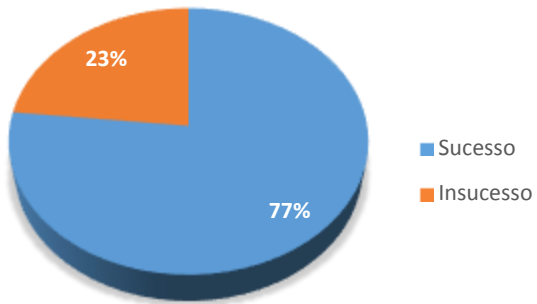


Gráfico 16 - Taxa de Sucesso Com Experiência Profissional no Setor de Atividade

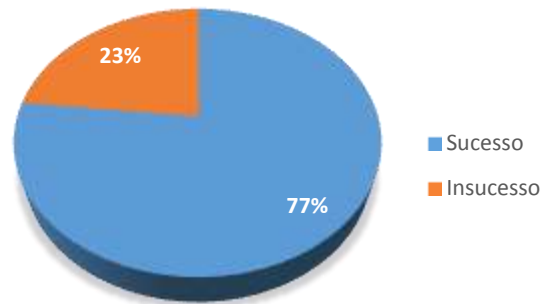


Gráfico 17 - Taxa de Sucesso Sem Experiência Profissional no Setor de Atividade

Seção D - Conclusões e Interpretação dos Resultados

A maioria dos indivíduos que recorrem à antecipação do subsídio de desemprego é do sexo masculino, com uma expressão relativa ao total da amostra de 60%. Dito isto, podemos dizer de forma cuidadosa, pois além da amostra ser pequena não sabemos o a percentagem total de desempregados total segundo o género, de que segundo este estudo os indivíduos do género masculino têm mais propensão para o empreendedorismo.

Relativamente aos cumprimentos e incumprimentos segundo o género, podemos observar que no que toca tanto ao sexo masculino como ao feminino as percentagens são muito idênticas, sendo que no género masculino a percentagem de cumprimentos é de 77% e a do sexo feminino é de 76%. Podemos considerar de certa forma que tanto os homens como as mulheres cumprem de igual forma, mas é sempre necessário ter em consideração que a representatividade no total da amostra do género feminino é menor, ou seja, visto ambos estarem na casa dos 75%, podemos considerar que se a amostra dos indivíduos do sexo feminino é mais pequena a sua propensão para incumprir poderá ser um pouco maior. Em suma, dos 17 casos de incumprimento que existem no total da amostra, 59% desses casos pertencem ao sexo masculino e 41% ao sexo feminino, mostrando mais uma vez que o género masculino talvez devido a ser a que tem uma maior percentagem de casos na amostra é o que mais incumpre.

Focando agora na distribuição por classe de idades, a maior parcela de casos pertence aos promotores que estão entre os 35 e 44 anos com 51% de seguida estão os indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e os 54 com 27%. Com estes dados podemos chegar à conclusão de que os indivíduos mais velhos são aqueles que mais recorrem a este tipo de programas, pois devido a sua idade mais elevada a reintegração no mercado de trabalho poderá tornar-se mais difícil e tendo eles já experiência profissional estarão mais aptos para iniciar o seu próprio negócio. Neste tipo de empreendedorismo por necessidade e pegando um pouco no que foi dito durante a revisão bibliográfica, por não terem mais alternativas de sustento, os indivíduos com uma idade mais elevada são aqueles que estão mais propensos a começarem uma atividade com este tipo de motivação, pois olhando para as idades compreendidas entre os 25 e 34 anos a sua expressão é muito reduzida, 12%, os jovens são aqueles que menos têm vontade e ou

propensão de iniciar uma atividade empreendedora por necessidade, primeira devido ao facto de conseguirem integrar mais facilmente o mercado de trabalho e segundo por ainda não terem uma experiência profissional muito significativa numa área em específico.

No que toca aos incumprimentos segundo as classes de idades, será intuitivo tirar a conclusão que é entre os 35 e os 44 anos que existe maior percentagem de incumprimentos com uma expressão de 71% dos 17 casos de incumprimento, sendo que de seguida com 18% estão os indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos. Respetivamente é preciso ter em conta que nestes dois escalões de idades, o primeiro num total de 37 observações tem uma percentagem de incumprimento de 35% (12 casos) e o segundo escalão tem um número de incumprimentos de 3 casos num total de 20 observações (15%), olhando para estes dados podemos dizer que nestas duas faixas etárias os indivíduos dos 35 aos 44 são os que mais propensão têm a incumprir. Convém ressaltar que estes resultados poderão ligados ao facto de que no total da amostra estas classes de idades são as que têm mais representatividade, como tal, poderá de esperar que o incumprimento nestes indivíduos seja bastante superior aos restantes.

Ao que às habilitações académicas diz respeito, o 11º ano e o 12º ano (Ensino Secundário) é o que apresenta maiores valores, seguido do Ensino Superior e do 9º Ano. Estes resultados mostram que não só as pessoas com estudos superiores como também as pessoas com menos habilitações académicas se interessam em lançar o seu negócio e abraçar novos desafios. Apesar de o ensino secundário ser aquele com mais representatividade, o gráfico no que toca as habilitações académicas está dividido mais equitativamente, sendo que a expressão mais pequena pertence ao ensino básico (4º ano e 6º ano), com 12% da representatividade da amostra. Algo de frisar é que nos indivíduos com menos escolaridade, não existe nenhum incumprimento, apesar de a sua representatividade ser pequena, a percentagem de incumprimento neste caso é 0%, ou seja, em 9 casos de novos negócios por parte destes promotores, nenhum deles entrou em incumprimento. Nos restantes casos o incumprimento é maior no ensino secundário com 9 incumprimentos (32%) num total de 28 observações, os restantes níveis de habilitações ficam-se pelos 4 incumprimentos cada (25% de incumprimentos para o 9º ano e 20% para o ensino superior). Podemos explicar este fator primeiramente por serem a classe com

mais representatividade e segundo por arriscarem mais, pois existem casos que indivíduos com o ensino secundário abrem negócios em áreas onde talvez seja necessária um pouco mais de formação, tais como, gabinetes publicitários, atividades de gestão e consultoria, entre outros.

Durante a análise dos dados será pertinente ver qual o período de tempo que os novos negócios que não davam resultado demoravam a entrar em incumprimento. Os negócios que entram em incumprimento na sua maioria ou cessam logo atividade nos primeiros meses de atividade são, os de 5 meses a 1 ano, com uma expressão de 29%, ou então já quase perto do final do período obrigatório de três anos, 2 anos a 2,5 anos também com uma expressão de 29%. Podemos considerar que tal se possa dever ao facto de que, no início da atividade talvez o plano de negócios não estivesse bem estipulado e os objetivos mal definidos, daí o encerramento tão precoce, ou então devido ao facto de o negócio não ser muito viável ou a existência de uma má gestão fez com que o negócio não se aguentasse mais que dois anos e meio.

Durante a recolha de dados constatou-se que na criação do novo emprego os promotores para além de criarem o seu próprio emprego, algumas vezes criam ainda mais postos de trabalho, como podemos observar, em 41% dos casos os promotores criam só o seu próprio posto de trabalho, seguidamente em 37% dos casos criam mais um posto de trabalho e somente em 21% dos casos criam 3 ou mais. A experiência adquirida na análise dos promotores do PAECPE permite afirmar que maioritariamente são projetos de criação do próprio emprego, pois os negócios são de dimensão muito pequena, embora por vezes se ambicione o crescimento dos projetos. Nos casos onde existe contratação de pessoas normalmente é no setor do turismo, devido as atividades de restauração e hotelaria. No que toca aos incumprimentos dentro desta matéria os dados são muito parecidos aos dados da divisão por trabalhadores, sendo que 41% dos casos de incumprimentos pertencem aos promotores que somente criam o seu posto de trabalho, 30% aos que criam 2 e 29% aos que criam 3 ou mais.

Na divisão por setores de atividade na amostra recolhida, conseguimos notar perfeitamente quais os setores de atividades preferidos por este tipo de empreendedores, em 66% dos casos os promotores escolhem os setores do comércio e serviços, com uma

representatividade de 33% cada um deles sobre o total da amostra. De seguida vem o setor do turismo com 19% e os restantes dois setores ocupam uma percentagem de 15%. Podemos considerar que a escolha dos promotores pelos setores do comércio e dos serviços recaiu sobre a propensão que estes têm que neste tipo de setores de atividade poderá existir mais facilidade em criar um negócio e ter sucesso. No caso do comércio, a grande maioria dos negócios são o comércio a retalho de algum tipo de produto, muitas vezes existe uma experiência profissional que se enquadra a este setor, podendo ser somente de caixeiro, ou de vendedor especializado. No caso dos serviços existe uma grande abundancia de indivíduos que abre negócio na área da estética e consultoria, tendo sempre na grande maioria das vezes alguma formação na área ou experiência profissional que se adequa à atividade.

No que diz respeito aos incumprimentos por setor de atividade, não será de estranhar que a maior percentagem de incumprimento vá para os setores do comércio e serviços, com 35% de representatividade para cada um desses dois setores sobre o total dos 17 incumprimentos existentes. Algo que podemos ter em consideração é que no setor do turismo o número de incumprimentos é de 24%, ultrapassando um pouco a sua percentagem de representatividade na divisão por setores, ou seja, dos 14 promotores que abriram um negócio na área do turismo, 4 (29%) deles entrarem em incumprimento. Algumas das razões que poderão estar por detrás dos incumprimentos serem mais elevados nas áreas dos serviços e do comércio, poderão ser, devido ao tipo de negócio iniciado pelos promotores já estar muito saturado, tais como, consultoras e cabeleireiros e segundo porque o comércio a retalho muitas vezes é absorvido pelas grandes empresas grossistas e retalhistas.

No que respeita à relação entre setor e habilitações académicas 26% dos indivíduos têm um suporte académico que corresponde à atividade que vão desenvolver. Tal facto pode explicar-se por a maior parte dos indivíduos iniciam um atividade de empreendedorismo por necessidade não tenham muita escolaridade específica, podemos constatar isso também no tipo de atividade que iniciam. Posteriormente, cruzou-se estes dados com o sucesso ou insucesso da atividade empreendedora, ou seja, saber se segundo exista ou não escolaridade na área em questão poderá influenciar o sucesso da atividade.

Efetivamente existe uma variação da percentagem de sucesso, caso o promotor tenha habilitações académicas que correspondam à atividade que vai desenvolver a percentagem de sucesso recai sobre os 79% se não existir nenhuma habilitação que corresponda a atividade a percentagem desce para os 76%. Em suma, apesar de a percentagem ser muito próxima existe efetivamente uma relação entre habilitações académicas e sucesso da medida empreendedora, talvez devido ao facto de a amostra não ser muito extensa a percentagens sejam tão próximas, mas de qualquer das formas existe uma diferença entre a existência de habilitações académicas na área e o sucesso ou insucesso dos novos negócios.

Algo semelhante foi efetuado no que toca à experiência profissional anterior. Em 60% dos casos existe efetivamente uma experiência profissional na área onde o indivíduo pretende iniciar o seu negócio. Esta correlação denota primeiro de tudo que existe uma preocupação por parte dos promotores em iniciar uma atividade onde tenham algum grau de vontade e segundo, que antes de começarem com a sua atividade tiveram a ganhar experiência, daí mais uma vez corroborar o facto de serem indivíduos mais velhos que iniciam este tipo de empreendedorismo. Posto isto, voltou-se a cruzar estes dados com o sucesso ou insucesso da atividade desenvolvida, os dados foram bastante curiosos na medida em que as percentagens de sucesso caso haja ou não experiência na área dão 77% para os dois. Desta forma, não consigo tirar uma conclusão muito apurada da influência da experiência profissional no sucesso da atividade empreendedora, podendo somente dizer que de certa forma se torna indiferente a existência de uma experiência profissional anterior na área.

Em jeito de conclusão desta análise dos resultados, podemos tirar as seguintes conclusões relativamente ao perfil deste tipo de empreendedor:

- Maioritariamente do sexo masculino;
- Os indivíduos são maioritariamente pessoas entre os 35 e os 54 anos.
- Poucas habilitações académicas, pelo menos no que toca à área onde vão abrir o negócio, a grande maioria dos indivíduos tem uma escolaridade compreendida entre 9º Ano e o 12º Ano;

- Criam microempresas, onde na maioria dos casos criam somente o próprio emprego, sendo que existem alguns casos onde existe a contratação de mais um indivíduo;
- As áreas de início de atividade incidem mais no setor dos serviços e comércio;
- Devido ao facto de a grande maioria não ter muita escolaridade, não existe uma relação óbvia entre a escolaridade e o setor de atividade que irão iniciar, mas pelo contrário no que toca à experiência profissional a grande maioria destes empreendedores tem uma experiência profissional anterior que vai de encontrar ao setor de atividade onde tencionam abrir o seu negócio.

Em suma, o perfil do empreendedor por necessidade estará de acordo com a revisão bibliográfica. Pois como foi dito anteriormente no enquadramento teórico, no que toca ao género, constatou-se que apesar de a expressão não ser muito mais evidente nos homens do que nas mulheres, existe mesmo assim mais propensão para que os indivíduos do sexo masculino comecem uma atividade empreendedora por necessidade. Já na faixa etária os estudos acima mencionados, dizem que são os indivíduos com idades entre os 25 – 44 anos que mais procuram este tipo de empreendedorismo. Relativamente à escolaridade o relatório da GEM 2004 é bem claro, 50 por cento dos indivíduos que começam um novo negócio com um baixo nível de instrução são categorizados como empresários por necessidade. Por fim, os setores de atividade mais típicos deste tipo de empreendedorismo segundo a revisão bibliográfica são, comércio, serviços, restauração, construção e agricultura.

Relativamente as razões que estão por trás dos incumprimentos, penso que seja segura tirar as seguintes conclusões:

- O género não tem muita influência no cumprimento ou incumprimento;
- Os indivíduos que têm mais propensão a incumprir são os que estão na classe de idades entre os 35 e os 44 anos, visto também serem aqueles com uma expressão mais significativa da amostra;
- Promotores com baixíssimas habilitações literárias (ensino básico) são os que menos incumprem, já os indivíduos com habilitações na casa do 9º Ano até ao 12º

são os que mais incumprem, já os indivíduos com ensino superior têm menos propensão a incumprirem;

- As atividades empreendedoras têm um maior risco de “mortalidade” no início da sua atividade, ou então perto do fim do prazo obrigatório dos três anos.
- O número de trabalhadores está proporcionalmente ligado ao insucesso, ou seja, quanto maior o número de empregados maior a probabilidade de haver incumprimento;
- É nos setores do comércio e serviços que existe uma maior percentagem de incumprimentos
- Existindo habilitações literárias no setor de negócio que vai ser aberto, a probabilidade de o negócio ter sucesso aumenta, já na experiência profissional anterior essa evidência já não é tão clara.

Capítulo 5 – Conclusão

Com a crise económica e financeira que se fez sentir por toda a Europa e em particular em Portugal o emprego foi uma das áreas mais afetadas, fazendo com que o desemprego aumentasse de forma galopante e que as oportunidades de emprego fossem cada vez mais reduzidas e precárias. Para além das várias medidas do governo para tentar contornar esta situação, o empreendedorismo foi um dos recursos utilizados por parte dos indivíduos que se encontravam numa situação de desemprego, desta forma os países têm atribuído uma maior importância às medidas ativas de política de emprego, nomeadamente ao apoio ao empreendedorismo. Neste sentido, tendo realizado o estágio curricular no IEFP,IP tornou-se na minha opinião relevante analisar o programa mais comum desta entidade ao empreendedorismo sendo ele o PAECPE, esta medida tem como objetivo reduzir o desemprego, através do incentivo à criação do próprio emprego, inserindo-se assim no contexto dos apoios ao autoemprego e empreendedorismo.

Quando se menciona o conceito de empreendedorismo, temos de ter em conta que existem vários tipos de empreendedorismo, no presente relatório e estágio realizado foi feita a distinção e comparação de dois tipos. O conceito subdividiu-se então em empreendedorismo por oportunidade, o qual existe a procura voluntária de oportunidades, e em empreendedorismo de necessidade. Este último surge pela ausência de outras oportunidades de emprego, ou seja, quando segundo a perspetiva do indivíduo não existe outra solução viável para obter uma renda o mesmo opta pelo autoemprego e criação de um negócio por conta própria. Em suma, surge devido à consequência dos fatores *push* sendo o exemplo disso o desemprego. Neste sentido, Portugal tem promovido vários programas e iniciativas direcionadas para o mercado do emprego, essencialmente para jovens e desempregados, onde se insere o PAECPE.

O intuito deste relatório prendeu-se em dois pilares, primeiramente em traçar o perfil dos indivíduos que optam pelo empreendedorismo por necessidade, ou seja, saber se existe um “estereótipo” de pessoas que mais recorrem ao PAECPE, em segundo tentar saber quais são os fatores que mais influenciam o sucesso ou insucesso dos novos negócios. Neste âmbito, procedi a recolha de 73 processos relativos a 2012, sendo posteriormente

inseridos e analisados numa base de dados Excel, de forma a saber quais as variáveis mais comuns num empreendedor por necessidade e quais aquelas que mais influenciavam o sucesso ou insucesso da atividade.

Os resultados obtidos retratam bem a realidade da conjuntura económica atual. O aumento do desemprego, em conjunto com o escasso mercado de oferta de emprego conduz os promotores a aderir ao programa. Neste sentido, em resposta ao condicionalismo do mercado de emprego, a maioria dos promotores cria o seu próprio negócio como sendo a única opção para obter uma renda para o seu sustento, comprovando a existência de empreendedorismo de necessidade. Esta conclusão corrobora muito do que foi dito na revisão bibliográfica aquando da explicação mais aprimorada do que era o empreendedorismo por necessidade. Os promotores na sua maioria são do sexo masculino têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, apesar de que a sua grande maioria esta entre os 35 e os 44. Possuem uma escolaridade baixa/média, compreendida entre o 9º ano e o 12º ano, sendo poucos os casos de indivíduos com ensino superior.

Conseguiu-se constatar que os promotores abrem micro empresas, onde na sua maioria só criam o próprio emprego. Os empreendedores por necessidade na sua grande maioria criam o seu negócio em áreas que já são do seu conhecimento, ou seja, áreas onde trabalharam anteriormente onde podem usar a sua experiência profissional e capacidades cognitivas mais facilmente, podendo assim ajudar ao sucesso da atividade, constatou-se portanto que os setores de atividade onde existe mais iniciativas de autoemprego são na área do comércio, maioritariamente comercio a retalho de vários tipos de produtos e no setor dos serviços, tais como, cabeleireiros, consultoras entre outros. Outro facto que ficou bastante claro é que não existe uma relação estreita entre habilitações académicas e setor de atividade a iniciar, isto visto a maioria dos promotores não terem uma escolaridade média/baixa.

Relativamente ao segundo pilar do estudo do presente relatório, convém começar por dizer que a taxa de sucesso destas atividades é bastante elevada, apesar da conjuntura económica atual é de constatar que cerca de 8 em cada 10 casos por mim analisados não entraram em incumprimento, apesar disso é também de frisar que a adesão a este

programa é pouca, pois o número de candidaturas em 2012 face ao número de desempregados que existe nos distritos de Coimbra e Viseu é muito reduzida. Poderá haver a especulação que tal realidade seja pelo facto de que a estagnação da economia nacional e local (visto na maioria dos casos os novos negócios serem somente e nível local) provocada pelo desemprego e consequente perda de poder de compra, deixando assim de existir um mercado atrativo para correr riscos, inibindo assim os potenciais promotores de criarem o seu próprio negócio e consequentemente aderirem ao PAECPE.

Continuando a exposição dos cumprimentos ou incumprimentos, os resultados demonstraram que o género não tem influenciam expressiva no sucesso ou insucesso da atividade, já no que toca à idade os indivíduos entre os 34 e os 44 anos são os que têm mais propensão em fechar prematuramente o seu negócio. Os promotores com a escolaridade entre o 9º Ano e o 12º são os que mais incumprem e os negócios têm a sua taxa de “mortalidade” aquando do início da sua atividade ou já no final do prazo legal dos três anos de abertura. Este facto poderá ser explicado porque no início da atividade talvez o plano de negócios não estivesse bem estipulado e a sua estratégia de negócio deficitária, daí o encerramento tão precoce, ou então devido ao facto de o negócio não ser muito viável ou a existência de uma má gestão e/ou a concorrência fez com que o negócio não se aguentasse mais que dois anos e meio. O setor de atividade onde se propicia mais incumprimentos é no setor do comércio. Algo interessante que ficou constatado é que a existência de habilitações académicas no setor de atividade poderá fazer com que o sucesso da atividade seja maior, mas por outro lado no que toca à experiência profissional no setor o mesmo não se verifica sendo o resultado um pouco inconclusivo.

O presente relatório de estágio e consequente estudo, chegou facilmente a um perfil do empreendedor por necessidade que recorre ao PAECPE, pelo contrario tornou-se mais difícil encontrar uma relação tão obvia para o porque dos incumprimentos. Em suma, penso que o relatório realizado conseguiu retratar o empreendedor por necessidade e a realidade do PAECPE no IEF,IP.

Bibliografia

- Almeida, J. G., Santos, J. E., Albuquerque, P. C., & Ferreira, J. A. (2013). Desemprego e empreendedorismo: Da ambiguidade da relação conceitual à eficácia de intervenção social. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, pp. 31-56.
- Amaro, P. F. (2015). *O Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego – um estudo de caso*. Coimbra: Relatório de Estágio do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre.
- Arenius, P., Minniti, M., & Langowitz, N. (2005). *Global Entrepreneurship Monitor, 2004 Report on Women and Entrepreneurship*. London: Centre for Women's Leadership at Babson College / London Business School.
- Baptista, A., Sérgio, M. T., & Portela, J. (2008). *Motivações e obstáculos ao empreendedorismo em Portugal e propostas facilitadoras*. Vila Real: Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD/UTAD).
- Baptista, R., & Preto, M. T. (2007). The dynamics of causality between entrepreneurship and unemployment. *International Journal of Technology, Policy and Management*, 7(3), 215-224.
- Bhola, R., Verheul, I., Thurik, R., & Grilo, I. (2006). *Explaining engagement levels of opportunity and necessity entrepreneurs*. Erasmus University Rotterdam, Centre for Advanced and Small Business Economics (CASBEC).
- Block, J. H., & Wagner, M. (April 2010). Necessity and Opportunity Entrepreneurs in Germany: Characteristics and Earnings Differentials. *SBR* 62, 154-174.
- Block, J., & Koellinger, P. (2009). I Can't Get No Satisfaction - Necessity Entrepreneurship and. *KYKLOS*, pp. Vol. 62 No. 2, 191–209.
- Dornelas, J. C. (Abril/Junho de 2004). Empreendedorismo corporativo: conceitos e aplicações. *Revista de Negócios, Blumenau*, pp. 81-90.

Empreendedorismo: Uma Visão dos Empreendedores por Necessidade. Estudo de caso do PAECPE

Ferreira, A. C. (2012). *Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção*. Lisboa: Vida Económica.

GEM. (2004). *“Estudo de avaliação do potencial Empreendedor em Portugal em 2004 – Projecto GEM Portugal 2004”*. GEM Portugal.

GEM, P. (2012). *Estudo Sobre o Empreendedorismo*. Portugal: GEM.

Hamilton, B. (2000). Does Entrepreneurship Pay? An Empirical Analysis of the Returns to Self - Employment. *Journal of Political Economy*, 108: 604–631.

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (s.d.). *estatísticas*. Obtido em Maio de 2016, de Web site do IEF: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (s.d.). *História*. Obtido em Maio de 2016, de Web site do IEF: <https://www.iefp.pt/historia>

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (s.d.). *Instituição*. Obtido em Maio de 2016, de Web site do IEF: <https://www.iefp.pt/instituicao>

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (s.d.). *Rede de Centros*. Obtido em Maio de 2016, de Web site do IEF: <https://www.iefp.pt/en/redecentros>

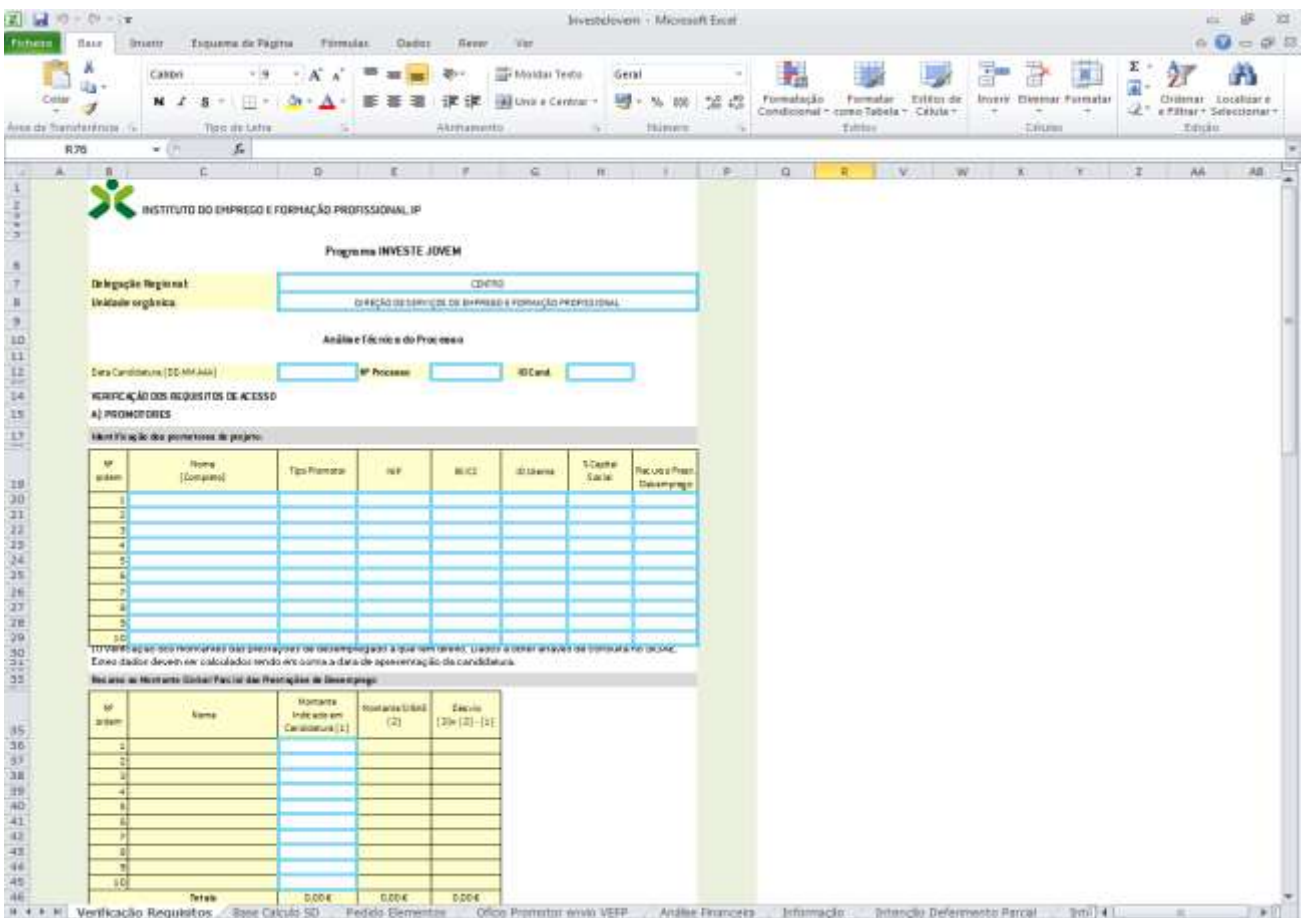
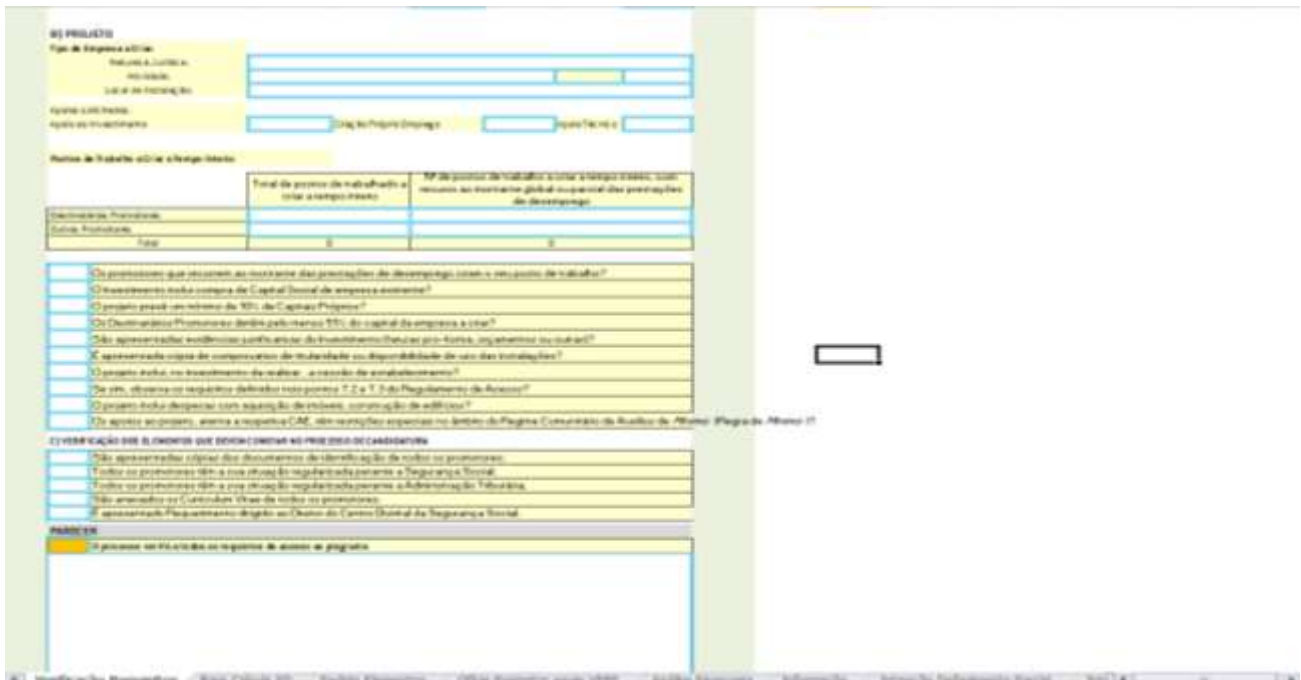
Legislação Portuguesa. (s.d.). *Deliberação Extrato Nº 1889/2012*. Obtido em Maio de 2016, de Web site Legislação Portuguesa: <http://legislacaoportuguesa.com/deliberacao-extrato-n-o-18892012-d-r-n-o-239-parte-c-serie-ii-de-2012-12-11/>

Nadim, A., & Hoffmann, A. N. (2008). *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship: OECD Statistics Working Paper*. Organisation for Economic Co-operation and Development.

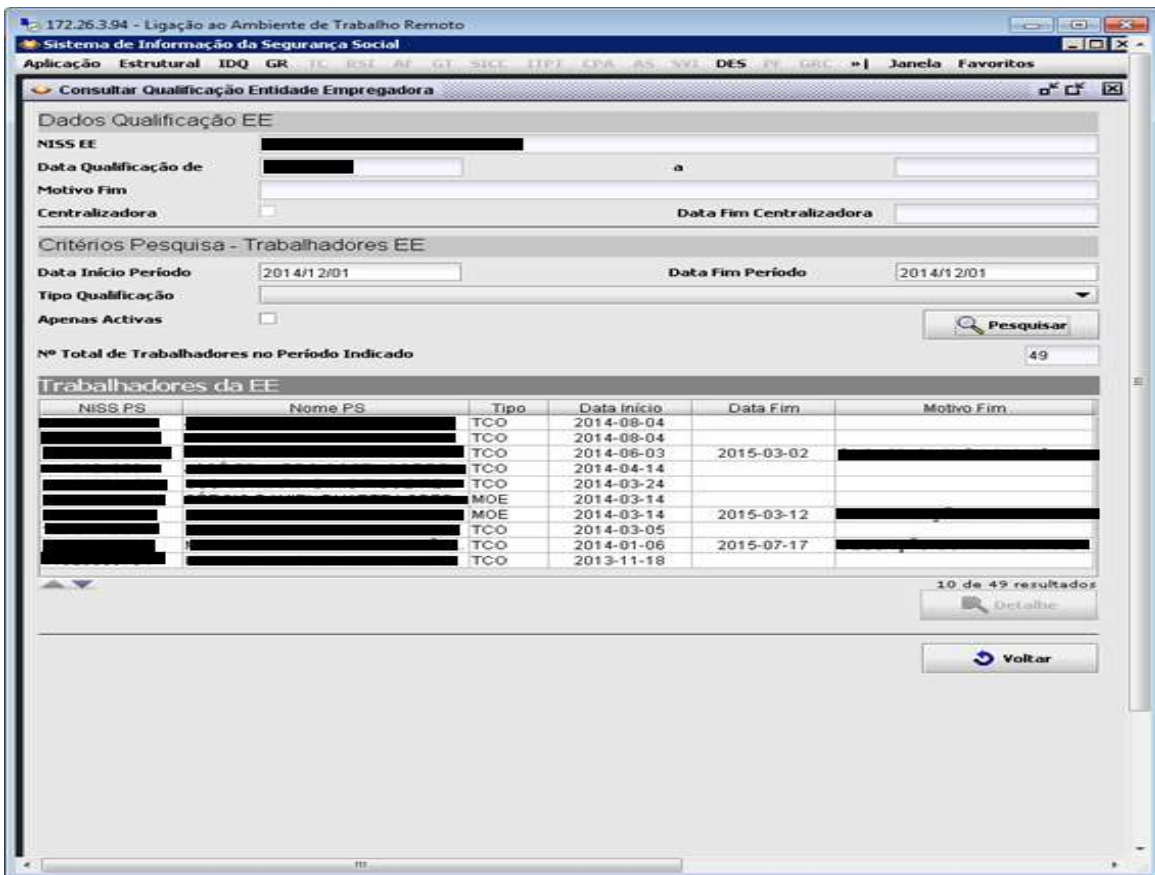
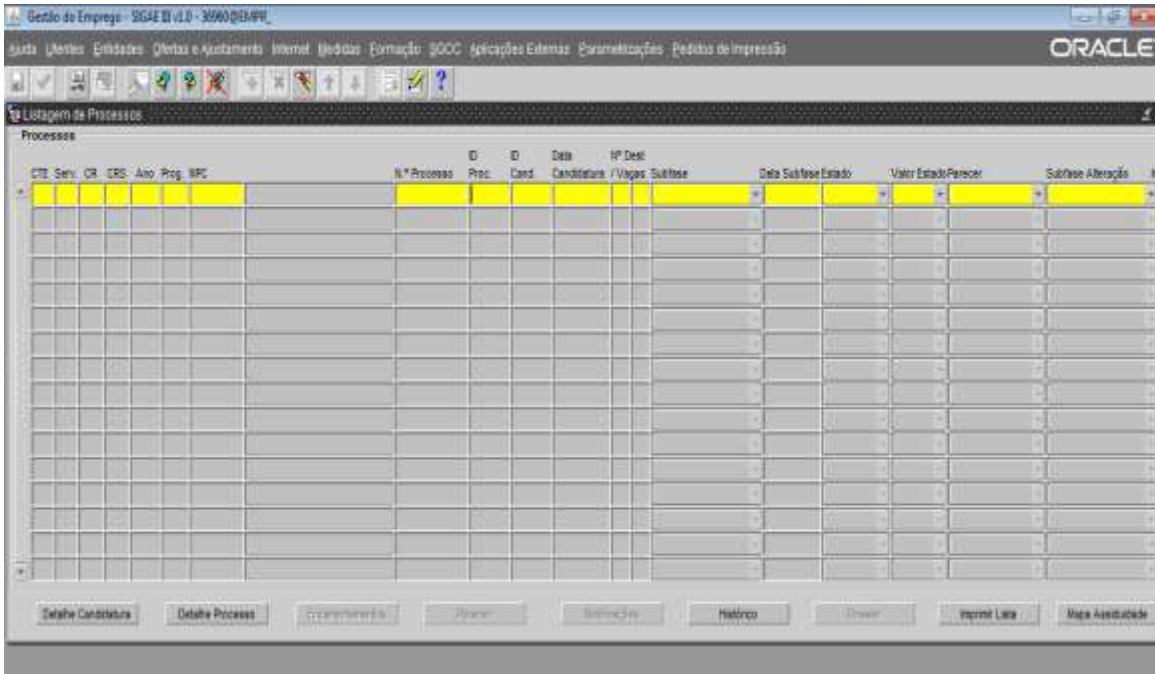
Oladele, P. O., Akeke, N. I., & Oladunjoye, O. (2011). Entrepreneurship development: a panacea for unemployment reduction in Nigeria. *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences (JETEMS)*, v. 2, n. 4, p. 251-256.

- Oliveira, J. B. (2014). *A Estratégia e o Empreendedorismo: O Caso de uma Microempresa*. Relatório de Estágio de Mestrado . Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Reynolds, P. S. (2002). *Global Entrepreneurship Monitor 2001 Executive Report*. Babson Park/London: Babson College and London Business School.
- Santos, P. (2000). *Do não emprego ao auto-emprego: a constituição da iniciativa empresarial por pessoas de grupos desfavorecidos – um estudo de casos da cidade do Porto*. apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Dissertação de mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- Serrano, M., Xhafa, E., & Fichter, M. (2011). *Trade unions and the global crisis: Labour's visions, strategies and responses*. Geneva: International Labour Office.
- Taylor, M. P. (1999). Survival of the fittest? An analysis of self-employment duration in Britain. *The Economic Journal*, 109(454), 140-155.
- Thurik, A. R., Carree, M., Stel, A., & Audrestsch, D. (2008). Does sel-employment reduce unemployment? *Journal of businnes Venturing*, 673-686.
- Verheul, I., Thurik, R., Hessels, J., & van der Zwan, P. (2010). Factors Influencing the Entrepreneurial Engagement of Opportunity and Necessity Entrepreneurs. *EIM Research Reports h 201011*: 1-24.
- Williams, C. C. (2008). Beyond necessity-driven versus opportunity-driven entrepreneurship: A study of informal entrepreneurs in England Russia and Ukraine. *Entrepreneurship and Innovation*, 9(3), 157–165.

Anexo II- Ficheiro de análise em Excel dos Planos no Investe Jovem



Anexo III- Programa SIGAE e Ligação Remota à Segurança Social



Processo nº 0752/EC/15

Na sequência do pedido de alteração do nível de emprego por parte da entidade e pela consulta ao SSS verifica-se que no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 a média é de 27 trabalhadores e que à data da candidatura o nível de emprego é de 29.

Neste sentido irá ser registado em SGC um pedido de alteração para alterar o nível de emprego.

The screenshot shows the 'Qualificação EE' screen in the SGC system. The interface includes the following elements:

- Header:** 'Sistema de Informação de Segurança Social' and 'Aplicação: Estruturaal - SGC - GR'.
- Section:** 'Consultar Qualificação Entidade Empregadora'.
- Dados Qualificação EE:**
 - NOME EE: [Redacted]
 - Data Qualificação de: 2014/1/1
 - Medida Fin: [Redacted]
 - Contratadora: [Redacted]
 - Data Fin Contratadora: [Redacted]
- Categorias Profissionais - Trabalhadores EE:**
 - Data Inicio Período: 2014/01/01
 - Data Fim Período: 2015/12/31
 - Tipo Qualificação: [Redacted]
 - Apenas Activas: [Redacted]
 - Procurar: [Button]
- NP Total de Trabalhadores no Período Indicado:** 29
- Trabalhadores da EE:**

Nome EE	Nome PE	Tipo	Data Inicio	Data Fim	Medida Fin
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-12-31	2015-01-01	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-10-24	2014-10-28	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-10-01		[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-10-01		[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-10-01	2015-06-30	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-06-01		[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-06-01	2014-11-02	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-06-01	2014-05-31	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-04-01	2015-11-30	[Redacted]
[Redacted]	[Redacted]	TCO	2014-05-15	2014-05-21	[Redacted]
- Footer:** '30 de 20 resultados' and a 'Voltar' button.

Anexo IV – Informação em apêndice**Apêndice relativo ao Capítulo 3 Secção A.I – História e Atributos da Instituição**

Devido a conjuntura económica e social da data, surgiu o Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra - FMDO (Decreto Lei n.º44 506, de 10 de agosto de 1962) emergiu nessa realidade social e tinha como objetivo atribuir pensões de reforma ou invalidez e subsídios temporários de desemprego ao pessoal operário, até serem admitidos nas empresas reorganizadas ou nas novas indústrias. Perante a situação de uma reestruturação do mercado da mão-de-obra, havia necessidade de reclassificar o pessoal operário e dar-lhes formação profissional adequada de forma a poderem ser admitidos nas novas indústrias. Face a esta necessidade crescente surgiu o Instituto de Formação Profissional Acelerada – IFPA (Decreto Lei n.º44 538, de 23 de agosto de 1962). Como

podemos observar, a partir de certa data, o instituto deixou somente de fornecer subsídios e apoios financeiros, mas também devido a crescente demanda de mão-de-obra especializada devido ao processo de industrialização, começou a oferecer formação profissional. “A grande falta de pessoal técnico e de trabalhadores qualificados contribuiu para que, em 1964, entrasse em funcionamento o primeiro Centro de Formação Profissional Acelerada.”

Em 1967, inicia-se a expansão da rede de centros com a criação de 6 centros de emprego, existindo na altura, já em funcionamento, um de formação profissional. A progressão dá-se à média de 4 centros por ano, sendo os períodos de maior expansão entre 1967 e 1974 e entre 1989 e 1993.

No que toca aos atributos do IEFP, IP para não me alongar demasiado, irei focar-me somente no Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 143/2012 de 11 de Julho sendo este artigo as atribuições do IEFP, IP sendo elas as seguintes:

- a) Promover a organização do mercado de emprego tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego;
- b) Promover a informação, a orientação, a qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho e à sua progressão profissional;
- c) Promover a qualificação escolar e profissional dos jovens, através da oferta de formação de dupla certificação;
- d) Promover a qualificação escolar e profissional da população adulta, através da oferta de formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;
- e) Promover a melhoria da produtividade da economia portuguesa mediante a realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das ações de formação profissional nas suas várias modalidades, que se revelem em cada momento as mais adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- f) Incentivar a criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras;

- g)* Incentivar a inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego;
- h)* Promover a reabilitação profissional das pessoas com deficiência, em articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, IP;
- i)* Promover o desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local;
- j)* Assegurar o desenvolvimento das políticas relativas ao mercado social de emprego, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à integração ou à reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com particulares dificuldades face ao mercado de trabalho, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer e a que o normal funcionamento do mercado não dá uma resposta satisfatória, em articulação com a área da segurança social;
- k)* Promover o conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico;
- l)* Participar na coordenação das atividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e países estrangeiros nos domínios do emprego, formação e reabilitação profissionais, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- m)* Colaborar na conceção, elaboração, definição e avaliação da política de emprego, de que é órgão executor;
- n)* Realizar ações de acompanhamento, de verificação e de auditoria aos apoios, financeiros ou técnicos, concedidos no âmbito das medidas de emprego e de formação profissional de que seja executor.

Apêndice relativo ao Capítulo 3 Secção A.II – Divisão Geográfica do IEFP,IP



Fonte: <http://www.iefp.pt/redecentros>

Como podemos observar pela imagem existem portanto cinco delegações centrais, sendo elas:

- Delegação Norte: Sede na cidade do Porto e tem sobre a sua tutela os seguintes centros, Centro de Alto Tâmega, Centro de Braga, Centro de Bragança, Centro de Entre Douro e Vouga, Centro do Porto, Centro de Viana do Castelo, Centro de Vila Nova de Gaia e Centro de Vila Real;
- Delegação Centro: Sede na cidade de Coimbra e tem sobre a sua tutela os seguintes centros, Centro de Águeda, Centro de Aveiro, Centro de Castelo Branco, Centro de Coimbra, Centro da Guarda, Centro de Leiria, Centro de Pinhal Interior Norte e Centro de Viseu;
- Delegação Lisboa e V. Tejo: Sede na cidade de Lisboa e tem sobre a sua tutela os seguintes centros, Centro da Amadora, Centro de Lisboa, Centro do Médio Tejo, Centro de Santarém, Centro do Seixal, Centro de Setúbal, Centro de Sintra e Centro de Vila Franca de Xira;

Apêndice relativo ao Capítulo 4 Secção C – Divisão por Setores de Atividade

1. Turismo: Engloba setores de atividade, tais como, restaurantes, bares, cafés e atividades hoteleiras;
2. Comércio: Basicamente engloba todo o tipo de comércio grossista e retalhista de vários produtos
3. Serviços: Esta classe abrange vários setores de atividade, tais como, salões de cabeleireiro, atividades de contabilidade, consultoria e gestão, agências de marketing e publicidade, serviços de saúde, entre outros
4. Construção, Indústria e Transportes: Devido ao facto de só ter uma candidatura tanto de indústria como de transportes, achei por bem unir estas três classes, abrangendo setores, tais com, transporte de bens e todas as atividades relacionadas com a construção, desde montagens, reparações e instalações.
5. Agricultura: Esta classe abrange tudo o que se relacione com as atividades agrícolas.